

Tribuna Operária

ANO VIII - Nº 307 - DE 6 A 12 DE ABRIL DE 1987

Cz\$ 8,00

ASSASSINATO NÃO PARA LUTA DOS SEM-TERRA



O pedreiro Adão Manoel da Silva, morto pela "guarda do Jânio", foi enterrado como herói. Sua morte solidificou ainda mais a disposição dos sem-terra da Zona Leste de São Paulo de lutar pelo direito de moradia.



No enterro com 4 mil pessoas, a presença da viúva e Elgito, líder dos sem-terra (fotos menores)



Durante o funeral, em Guaianazes, a multidão comentava que o sangue derramado por Adão será "a semente para que milhares de casas tomem conta destes campos abandonados". Veja matéria na última página.

EDITORIAL

Coração militar

O jornal norte-americano "New York Times" anunciou a possibilidade de um novo golpe militar no Brasil. Geralmente os "patrões" lá são muito bem informados - ainda mais sobre os militares daqui, com quem mantêm excelentes relações. Imediatamente os generais tupiniquins apressaram-se a qualificar a notícia como coisa sem propósito. "As Forças Armadas jamais desejaram ser governo e nem pretendem ser" - juram eles.

Interessante. Durante 21 anos as Forças Armadas permaneceram com o monopólio absoluto do poder no Brasil. Prenderam, torturaram e mataram para se manter no governo. E agora dizem que nunca desejaram ser governo. Se fosse o Pinóquio já estava com uns dois palmos de nariz.

Mas mesmo depois da derrota do regime militar, embora numa posição mais discreta, os militares jamais se afastaram do poder. E agora, com o agravamento da crise econômica e política, tratam de influir em todos os terrenos de forma mais ousada. Todos os dias a grande imprensa estampa opiniões de brigadeiros, almirantes e generais sobre tudo que está acontecendo. Na última quarta-feira, por exemplo, o general Edson Boscacci, comandante militar do Sul, intrometendo-se no que não é de sua conta, resolveu definir que as greves têm que ser "alicerçadas em reivindicações justas e reconhecidas pela Justiça do Trabalho". Como os generais sempre acham as greves injustas - dizem até que são impatrióticas - e como a Justiça sempre decreta as paralisações ilegais, com base na lei fascista de greve, herdada da ditadura, o ilustre comandante apenas prometeu novas invasões de portos e refinarias e novos espancamentos como os que ocorreram com os bancários em Brasília nestes dias.

Mas coube ao almirante Maximiano da Fonseca, ex-ministro da Marinha, dar a pista mais clara

sobre os planos dos militares. Ele disse que em 64 o governo "estimulava a agitação" e que hoje o governo "pretende evitar a agitação". Esclareceu ainda que os militares se desgastaram durante o regime militar. "O poder desgasta e corrompe" - disse ele. Ou seja, muito desmoralizados, os generais não pretendem uma intervenção aberta como a do golpe de 1º de abril de 1964. Querem tutelar o governo numa posição menos evidente - um governo civil com coração militar. Por isto, enquanto o presidente Sarney se prestar ao papel de joguete, pode ser verdade que os generais não planejem propriamente um novo golpe.

Se após duas décadas de regime militar o Brasil entrou na crise mais profunda de sua história, não será obviamente sob um governo atrelado aos generais que encontrará a solução para os seus problemas. Sem uma democracia real, com os brasileiros debatendo e decidindo livremente sobre seus destinos, não é possível enfrentar o cerco do imperialismo e as articulações da direita.

Não é sem razão que os militares articulam tantas pressões sobre a Constituinte. Uma das questões essenciais em debate na elaboração da nova Carta Magna é sobre o papel das Forças Armadas na vida nacional. É da maior importância que todas as forças democráticas exijam dos deputados e senadores constituintes uma posição firme em favor da liberdade, não permitindo que as botas e os fuzis continuem intervindo no governo e em todas as instituições e reprimindo o povo, a pretexto de garantir o que chamam de "ordem interna".

O combate intransigente à intromissão dos generais na política é um ponto central do movimento por mudanças que ganhou força desde a luta pelas diretas-já. Com a Nova República, o militarismo continua infectando todo o organismo nacional, pondo em risco a saúde do Brasil.

CONSTITUINTE: COMEÇA AGORA O GRANDE DEBATE

O deputado Haroldo Lima fala à *Tribuna Operária* sobre a composição das comissões temáticas e aponta os caminhos para a participação popular na nova fase dos trabalhos da Assembléia. Página 3.



Assembléia em São Paulo: várias votações para pôr fim à greve

Desfecho da greve gera revolta entre bancários

Após nove dias de paralisação, categoria não conquista acordo vantajoso e retorna ao trabalho indignada com os patrões. Pág. 6

Albânia, as vantagens do socialismo

Piro Andoni, embaixador albanês, fala das mudanças que transformaram um dos países mais pobres do mundo em uma nação sem dívida, sem inflação, sem desemprego. Leia na pág. 2

Fraude: como o Citibank lesou nossa economia

Agricultores gaúchos denunciam e provam: num único episódio, o "caso Cotrisa", o Citi burlou de várias maneiras a legislação do país e desviou mais de US\$ 28 milhões. Pg.4

Tribuna Operária com novo preço

Caro leitor, mais uma vez somos obrigados a majorar o preço do exemplar da *Tribuna Operária* e das assinaturas do semanário, para fazer frente aos constantes aumentos de custos de produção. Procuramos, de qualquer maneira, garantir um preço acessível ao proletário de baixa renda, e a T.O. passa a custar Cz\$ 8,00 o exemplar. As assinaturas passam a seguir esta tabela: anual (52 edições) Cz\$ 800; anual popular (52 edições) Cz\$ 400; semestral (26 edições) Cz\$ 400; semestral popular (26 edições) Cz\$ 200; exterior (52 edições) 70 dólares.



O embaixador Piro Andoni, ao ser recebido por brasileiros na Capital Federal

ALBÂNIA-BRASIL

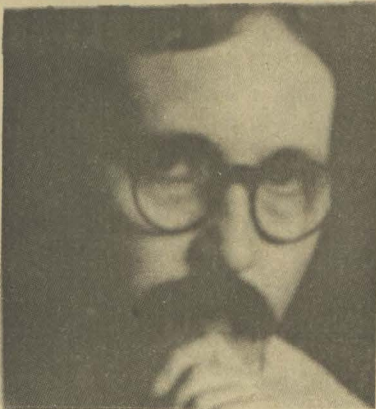
Fala o embaixador

Após cumprir todos os trâmites protocolares junto às autoridades governamentais e diplomáticas brasileiras, o novo embaixador da República Popular Socialista da Albânia, Piro Andoni, participou de um encontro cheio de emoção e solidariedade com os amigos do povo albanês, promovido pela Associação de Amizade Brasil-Albânia (AABA) no último dia 27 de março, no Auditório Teotônio Vilela da Assembléia Legislativa de São Paulo, com a presença de deputados, sindicalistas, representantes de partidos políticos e associados da AABA.

“O exemplo da Albânia é notável para que se entenda como um pequeno país, 291 vezes menor que o Brasil, com uma população igual a um quarto da cidade de São Paulo, foi capaz de vencer o atraso e a pobreza, baseando-se fundamentalmente em suas próprias forças, num profundo heroísmo, sentimento de luta e patriotismo de seu povo”. Desta forma, Luís Manfredini, diretor da AABA, saudou o embaixador albanês, destacando como a entidade que representa contribuiu para o exercício, segundo ele mesmo, “da culminância do reaquecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Albânia, com a apresentação das credenciais do novo embaixador ao presidente da República Federativa do Brasil”. Manfredini que já escreveu um livro sobre “o país das águias” - “Horizonte Vermelho nos Bálcãs” - revelou que antes de escrevê-lo, preocupou-se sobretudo com a necessidade dos brasileiros tomarem conhecimento deste país europeu, “já que sofremos as chagas de uma dívida externa fantástica, agrilhoados que estamos aos interesses do capital internacional, com uma concentração impressionante de terras nas mãos dos grandes latifundiários, convivendo com a miséria quase absoluta, dominados por um Estado arcaico, oligárquico e atrasado”. Concluiu a homenagem ao ilustre visitante ressaltando que “temos de observar este exem-

plo, sem a perspectiva, é claro, de um transplante mecânico, de uma cópia, mas a partir da experiência prática dos albaneses, nós podemos imaginar do que o povo brasileiro também é capaz pela sua tradição de luta, pelo seu patriotismo”.

AMIZADE E SOLIDARIEDADE
Emocionado, o embaixador Piro Andoni agradeceu as palavras do representante da AABA, do deputado estadual do PMDB de São Paulo, Valter Lazzarini, do presidente do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, durante o evento dirigido pela presidente da AABA, a arquiteta Vânia Moura. Destacou, em seguida, que apesar “do oceano, das montanhas, dos rios que dividem a Albânia do Brasil, os dois países estão juntos em muito aspectos, para defender o progresso e a soberania nacional”. “Os albaneses são um povo que sofreu muito. Temos uma história milenar que exigiu bastante sacrifício. Na verdade, a nossa história é a história da ocupação estrangeira, para resumir em duas palavras. Recordo, nesta noite, a aula de um professor albanês que estudou na Áustria, explicando aos seus alunos a história da África, nos anos trinta: - ‘Temos uma pequena África aqui na Europa’. Era a Albânia. Nosso país não se encontrava na miséria porque o povo não trabalhasse, por falta de inteligência ou de patriotismo. Pelo contrário, era um povo



Manfredini saúda Piro Andoni

patriota, trabalhador, mas que por conta da exploração estrangeira, pela escravidão imposta por seus algozes ocupantes, o país não tinha escolas, casas para o povo, fábricas e muito menos universidades. De 1939 a 1944, o nosso território foi ocupado pelos inimigos alemães e italianos, que chegaram a deslocar até 700 mil soldados em apenas cinco anos. É espantoso como um país com apenas 28 mil quilômetros quadrados abrigou um exército tão grande. Mas esses inimigos sentiram uma resistência tenaz, porque o Exército de Libertação Nacional os atacava onde eles menos esperavam. Assim, numa luta bem organizada e encabeçada pelo partido, com o heroísmo de um povo que cedeu 28 mil mártires (1 mártir por metro quadrado de território), jovens, a maioria com 18 a 23 anos, coroamos a libertação da Albânia em 29 de novembro de 1944”.

A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO
“Com a libertação”, contou Piro Andoni, “teve início uma outra grande batalha, a luta pela reconstrução da pátria. Em 1944, a Albânia não tinha nada. Tudo havia sido destruído. Hoje podemos dizer que um município ao norte do país, tem tantos quadros médicos, professores, quanto havia

em 1938, em toda a Albânia. Mas o povo estava decidido e com garra para ir em frente e construir a nação. Em 1944, cerca de 85% da população era analfabeta. Agora simplesmente não existe analfabetismo. Um em cada quatro albaneses estuda. Antes da libertação não existia luz elétrica em quase 60% do território. Hoje somos autosuficientes e ainda exportamos energia para a Grécia e a Iugoslávia. Antes da revolução, a falta de cuidados e de assistência médica matava muita gente: para 10 mil pessoas havia apenas um médico, e mesmo assim somente nas cidades. Hoje em dia, para cada 500 habitantes existe um médico, até nas aldeias mais longínquas. Podemos destacar ainda muitos outros êxitos, mas o mais importante é que nestes 43 anos o que almejamos é construir um Homem Novo, que trabalhe e viva em função do progresso da sociedade, não apenas em seu próprio interesse. Nós albaneses procuramos promover o socialismo para garantir o progresso do país. Reina, entre as massas, um espírito de solidariedade coletiva. Não existem classes antagônicas em nossa sociedade. A diferença entre os salários foi reduzida à relação de um para dois, apenas. Nós não permitimos investimentos estrangeiros, não aceitamos dívidas, não temos bases militares de outros países e tudo isto está consagrado na Constituição. Regido por leis que expressam unicamente o desejo popular, o país vem progredindo constantemente”.

O representante do Estado albanês encerrou a palestra dizendo que, “estivemos em contato com representantes do governo brasileiro, membros de vários partidos da Assembléia Constituinte, amigos da Albânia, e estamos convencidos das grandes possibilidades do desenvolvimento das relações entre os dois países e os dois povos. Agradeço a calorosa acolhida”.

CHILE

A cruz e a espada

Duas frases sobre a visita do papa dão a idéia de como anda o espírito do povo chileno em relação à ditadura do general Augusto Pinochet. “Durante seis dias o povo poderá circular sem medo pelas ruas”, diz o líder democrata-cristão Gabriel Valdez. “Eu vi o papa saudar Galtieri na Argentina e pouco depois o general caiu”, ironizou o bispo auxiliar de Santiago, Jorge Hourton.

Gabriel Valdez espera que depois da partida do papa, no dia 6, a oposição consiga manter este espaço, “pois o povo chileno já sofreu muito”. Quanto à segunda parte, há um certo consenso internacional. Mas as esperanças de Valdez não parecem encontrar muito eco nos fatos: ainda dois dias antes da chegada do chefe de Estado do Vaticano - o primeiro chefe de Estado não militar a visitar o Chile desde o golpe de 1973 -, a polícia chilena tratou “aos costumes” uma manifestação de protesto da oposição, com cascotes e bombas de gás lacrimogênio.

O próprio Pinochet desencorajou os que queriam tirar “consequências políticas” da visita de João Paulo II, advertindo que não permitirá “agitações e desordens”. Afinal, na semana passada enquanto os opositores protestavam contra o degolamento de três militantes de esquerda, ocorrido em 1984, o general recebia o apoio de um certo Movimento Cívico Patriótico, encabeçado pelo pelego Manuel Contreras. Ele mesmo define o que é sua organização: “Herdeira da declaração de princípios do governo militar e dos postulados do general Pinochet”.

“SIM” E “SIM, SENHOR”
A criação do Movimento Cívico Patriótico parece ser a primeira resposta à lei de partidos políticos anunciada em março pela ditadura militar. Trata-se de uma lei tão restritiva que mesmo os setores mais moderados da oposição recusam-se a submeter-se a ela. As limitações são tantas que fazem lembrar a lei pela qual o regime militar brasileiro criou, em 1966,

Arena e MDB - dois partidos definidos então como “governo” e “oposição”, e batizados pelo humor popular como os partidos do “sim, senhor” e do “sim”.

A lei dos partidos foi a seqüência de um recadastramento eleitoral - todos os títulos de eleitor foram queimados pelos militares quando tomaram o poder, em 1973 -, com o qual o regime anunciou o começo de sua “institucionalização”. Ainda para este ano está prevista a escolha, nos termos da Constituição pinochetista em vigor, do substituto do general, cujo mandato atual termina em 1989. E, durante o ano passado, alguns chefes militares deixaram escapar que gostariam de ver outro ocupante no palácio de La Moneda, menos “marcado” na comunidade internacional do que Pinochet.

As manobras da ditadura acontecem exatamente em um momento em que a oposição se debate em divisões internas. Desde setembro, quando um misterioso atentado contra o general Pinochet falhou - para decepção dos chilenos -, os moderados passaram a rejeitar na prática a ação comum com os setores mais avançados, reunidos em torno da Assembléia da Cívildade. Para se ter uma idéia, foi em julho que aconteceu a última jornada nacional de luta efetivamente unitária.

DIRETAS JÁ

Atualmente, a democracia cristã, que disputa com o Movimento Democrático Popular (de esquerda) a hegemonia na oposição, vem adotando uma tática ambígua. De um lado, deixa uma porta pelo menos entreaberta às conversações com setores do regime dispostos a “substituir” Pinochet e começar um processo de “normalização política”, que desembocaria na convocação de eleições para um parlamento de funções constituintes. De outro lado, lançou em resposta à lei eleitoral da ditadura uma campanha por eleições diretas para a presidência da República - algo inspirado na campanha das “diretas já”, que levou à transição no Brasil. (SQ)



Repressão em Santiago: limpando o terreno para a visita do papa

POLÔNIA

Arrocho e carestia

Sobem os preços, mas não os salários, na Polônia comandada pelo general Wojcieh Jaruzelski. No sábado, o governo determinou o aumento dos preços de alimentos básicos em 10%, em média, enquanto a gasolina subiu 25%. E os aumentos só não foram maiores porque inclusive os sindicatos atrelados ao governo anunciaram que apoiariam as greves contra as majorações de até 13% nos alimentos, programadas pelo governo militar. Ao mesmo tempo em que liberou os preços, o governo anunciou também novas vantagens para as empresas privadas (tipicamente capitalistas) no país. Segundo o porta-voz da ditadura militar, Jerzy Urban, a livre circulação de mercadorias também receberá mais estímulos,

como parte de uma ampla reforma econômica - inspirada e ditada por Moscou ao governo polonês. Os revisionistas no poder pretendem igualmente a venda de ações, maior autonomia financeira às fábricas e a supressão da distribuição centralizada de matérias-primas e materiais para as empresas.

O governo abre, assim, ainda mais o campo de ação para os capitalistas no país, enquanto busca formas de tirar do povo os recursos necessários ao pagamento da dívida externa de 40 bilhões de dólares, contraída pelos sucessivos governos anti-operários que se apossaram do comando do Estado. Estado que, aliás, diz que esse servilismo ao capital é “socialismo criador”...

“Terremoto Febres Cordero” abala o país

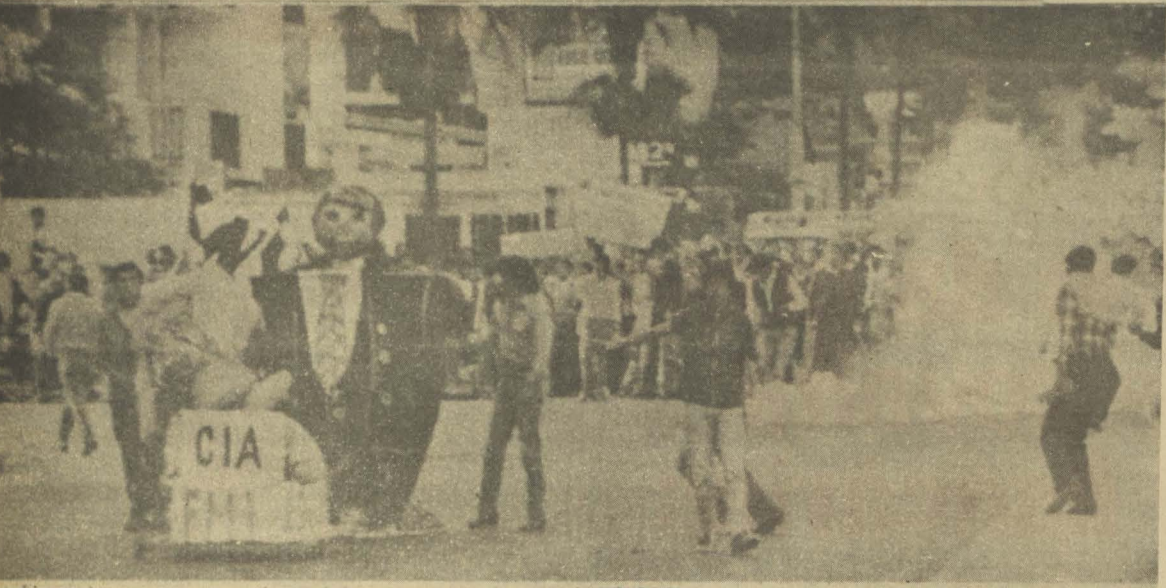
O Equador, um país pobre na América do Sul, sofreu bastante com o terremoto que deixou milhares de vítimas no país. A frágil economia equatoriana teve que arcar com um ônus pesado. No entanto, o governo conservador de Febres Cordero não deixou por menos. Jogou nas costas dos trabalhadores todo este ônus. E aproveitou a deixa para arrochar mais os salários, com um

pacote que o povo denominou “terremoto Febres Cordero”. Esse pacote congela os salários, mas não congela os preços. Há duas semanas atrás, o governo anunciou que os combustíveis teriam reajustes de 95%, o que influi diretamente no preço da alimentação. Em resposta a tais medidas, a FUT (Frente Unitária dos Trabalhadores) e os sindicatos convocaram uma greve geral

realizada no dia 25. O movimento paralisou totalmente três cidades importantes: Quito, a capital; Cuenca e Guayaquil. O governo reprimiu violentamente a greve. Quatro trabalhadores foram baleados pela polícia. O conflito tinha os manifestantes de um lado, defendendo-se da repressão com paus e pedras; e a polícia de outro, usando metralhadoras, bombas de gás lacrimogê-

nio e revólveres. O presidente da FUT, José Chaves, considerou a greve “um êxito”, e advertiu que foi apenas uma demonstração da força organizativa dos trabalhadores equatorianos. **GOVERNO ACUADO** No plano institucional, o governo de Cordero também não está em boa situação. Nas últimas eleições proporcionais, a oposição conquistou a maioria - 43 cadeiras -, contra apenas 19 do Partido Social Cristão, da situação. A oposição planeja destituir o governo, e já estuda os meios para viabilizar tal plano.

Febres Cordero é grande “amigo” dos banqueiros estrangeiros. Entregou a economia do país ao monitoramento do FMI, com o velho modelo de manter altos superávits para o pagamento dos juros da dívida. No entanto, como no Brasil, a economia não agüentou o ritmo e o governo foi obrigado a suspender o pagamento dos juros, por absoluta falta de dinheiro em caixa. E agora tenta reorganizar a economia do país, valendo-se dos “conselhos” dos banqueiros estrangeiros.



Protesto em Quito contra o pacote econômico do governo, que arrocha salários mas não os preços

CONSTITUINTE

Debate agora é pra valer

Depois de quase 15 dias de sucessivos adiamentos, a Constituinte parecia prestes, no final da semana passada, a iniciar a primeira etapa da discussão das novas normas constitucionais. Até o dia 1º estavam compostas todas as Comissões Temáticas, e os presidentes e relatores da quase totalidade delas tinham sido escolhidos, quase sempre com base em acordos partidários. Durante os próximos 60 dias estas comissões polarizarão boa parte das atenções da Assembléia. Cada uma delas é responsável por um tema a ser tratado na nova Constituição, e deve elaborar projetos que serão submetidos posteriormente a votação em plenário.



Haroldo: enviar sugestões

que se inicia agora.

TO: Quais são suas impressões gerais sobre a composição das comissões temáticas?

Haroldo: Em primeiro lugar, é preciso dizer que elas foram constituídas através de um acordo que envolveu basicamente as lideranças do PMDB e do PFL. Este acordo excluiu pequenos partidos e a grande maioria dos deputados dos partidos do governo. Muitos deputados do PMDB têm se queixado que ficaram sabendo pelos jornais da comissão para a qual foram indicados. Há sinais de insatisfação, e por isso mesmo podem surgir novas dificuldades para escolha dos presidentes e relatores tanto da Comissão de Sistematização quanto das 24 subcomissões temáticas.

TO: A fase que se inicia agora tem características próprias. Quais as possibilidades para interferência das forças progressistas, e quais os instrumentos que o movimento popular pode utilizar?

Haroldo: Eu quero chamar a atenção para um item que nós conseguimos introduzir no

Regimento Interno e que tem sido pouco divulgado pelos meios de comunicação. É o parágrafo 11 do artigo 13 do regimento. Ele estabelece que as Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais e também entidades representativas de segmentos da sociedade podem enviar sugestões a respeito dos temas da Constituição para a Assembléia. Todas as sugestões serão encaminhadas e debatidas nas comissões temáticas respectivas, e podem se constituir numa forma importante de manifestação da vontade popular. Precisam ser elaboradas e remetidas rapidamente, inclusive para respaldar a ação dos parlamentares progressistas.

O regimento estabelece ainda que nos próximos 40 dias as subcomissões temáticas deverão realizar audiências públicas em que serão ouvidas entidades populares. Todas elas, principalmente as de âmbito nacional, devem entrar em contato imediatamente com os presidentes e membros das comissões temáticas em que quiserem se manifestar.

DEPUTADOS COMUNISTAS

A seguir, as comissões em que se incluiu cada um dos deputados da bancada do PC do B:

Haroldo Lima: Comissão de Sistematização; **Aldo Arantes:** Comissão da Ordem Econômica; **Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária;** **Eduardo Bonfim:** Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo; **Subcomissão do Poder Executivo;** **Lidice da Mata:** Comissão da Organização Eleitoral e Partidária; **Edmilson Valentim:** Comissão da Ordem Social.



O general Leônidas e o presidente: a tutela permanente ao governo

CONFUSÃO NO PLANALTO

A burguesia impotente

"Sem um presidente com sólido mandato democrático, o Brasil corre o risco de ver seus líderes civis substituídos por uma classe militar preparada para tomar novamente as decisões difíceis" - este é o recado dos imperialistas ianques, através de um editorial do "New York Times".

"Muitos de nós achamos que a posição adotada por Funaro não tem futuro político no Brasil e que os dias do atual ministro da Fazenda estão contados", declarou um alto funcionário do governo americano que preferiu permanecer no anonimato".

"Precisamos acabar com os absurdos praticados pela equipe econômica do governo", afirmou enfático Paulo Villares, presidente do poderoso grupo Villares - um dos maiores do Brasil.

"O país precisa de pessoas mais capacitadas no ministério da Fazenda", disse o reacionário deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB de São Paulo.

Estas declarações dão uma idéia da crise em que vive o país. O capital estrangeiro, que não admite qualquer resistência à sua presença, estabeleceu um cerco furioso ao governo, e tem como aliadas as forças de direita, viúvas da ditadura. O governo defronta-se também com a oposição dos trabalhadores e democratas, que não podem aceitar sua orientação antipovo e as restrições à liberdade de organização e de greve.

uma verdadeira operação de guerra, com ocupação de portos e refinarias, foi posta em prática, para reprimir greves e pressionar a Constituinte.

Nesta ofensiva militar, o coronel Nilton Cerqueira, conhecido torturador e um dos assassinos do capitão Carlos Lamarca, foi promovido a general. O coronel Brilhante Ustra feriu os regulamentos militares ao publicar um livro defendendo a tortura mas, além de não ser punido, recebeu o aval do general Leônidas Gonçalves e está na lista para as próximas promoções a general.

E quando estão em curso processos contra os militares que mataram o deputado Rubens Paiva, escandalosamente, o irmão do ministro do Exército foi nomeado procurador-geral da Justiça. Mas tentam nos impingir que haverá isenção no julgamento dos colegas de farda de seu irmão.

Enquanto isto o governo castiga o povo com medidas de arrocho salarial e com taxas de inflação de 20% ao mês, intervém nas greves e ameaça os sindicatos, manobra no sentido de liquidar o gatilho. Mas, favorecendo os empresários, Sarney autorizou, através de decreto-lei, a importação de mercadorias com dólares obtidos no câmbio paralelo - o que equivale, na prática, a uma maxi-

desvalorização do cruzado.

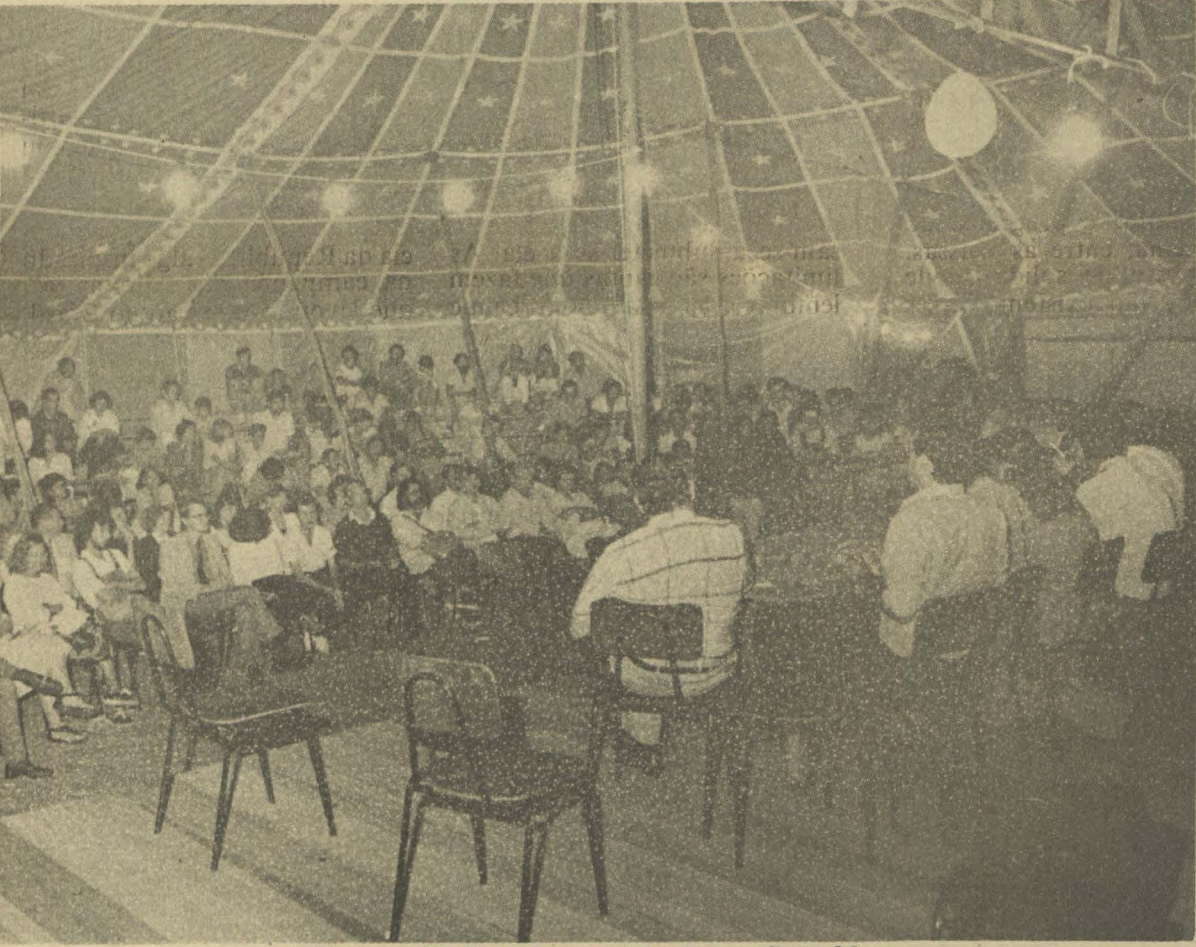
RESISTÊNCIA ÀS MUDANÇAS

Tudo isto revela a impotência da burguesia diante dos graves problemas do país. Cede diante do capital estrangeiro, sem coragem para adotar iniciativas que resguardestam a soberania nacional, como a nacionalização de bancos e multinacionais e uma reorientação da economia buscando novas fontes de comércio exterior. Recusa-se a permitir a liberdade, para que o povo possa opinar e participar de soluções no enfrentamento com o imperialismo. Reprime o povo com medo das mudanças. No fim, não contenta os magnatas internacionais e entra em choque com os trabalhadores brasileiros. Condena-se ao isolamento e submete-se aos militares.

Este quadro reflete-se no parlamento. Os militares e o governo intervêm na Constituinte. O sistema conservador sob esta orientação busca uma Carta Magna que não atende às aspirações nacionais.

Mas os conservadores sofrem dois importantes revezes recentemente, embora tenham sido vitoriosos na votação contra a soberania da Constituinte. O fato central foi a eleição de Mário Covas para líder do PMDB, contra Ulysses Guimarães e contra Sarney. E, como desdobramento, a bancada peemedebista recusou-se a cumprir ordens do PFL, como vinha fazendo, na eleição da Mesa da Constituinte. São sinais de que o esquema anterior, de agir na base do rolo compressor, já não pode persistir.

Nesta conjuntura, o descontentamento popular se avoluma. Os movimentos reivindicatórios crescem. Iniciam-se as articulações de plenárias unitárias para debater e exigir uma Constituição democrática. E cresce a consciência que é do povo que pode brotar a solução para a crise em evolução.



Circo da Constituinte em Curitiba: a participação popular na nova Carta Magna

PLENÁRIAS POPULARES

O exemplo que vem do Sul

Paraná e Rio Grande do Sul realizam atividades que unificam o movimento popular e multiplicam a força dos trabalhadores para influenciar nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Para debater os grandes temas e funcionar como um instrumento de pressão capaz de marcar presença na Constituinte que se elabora no país, unificaram-se os movimentos pela Constituinte democrática e progressista no Paraná. Agora, mais de trinta entidades, entre sindicatos, associações, movimentos de mulheres, estudantes e partidos políticos reúnem-se no Circo da Constituinte, instalado pela Fundação Cultural de Curitiba na Praça Santos Andrade, coração da cidade.

A articulação cumpre um calendário que inclui diferentes atividades a cada semana. Às terças-feiras, reúne-se sua plenária, e programam-se as atividades práticas para o fim-de-semana. Nas noites de sexta são debatidos temas como formas de poder, militarismo, reforma agrária, dívida externa, e outros, quando todas as correntes políticas expõem suas idéias. Aos sábados, os partidos políticos revesam-se levando seus constituintes para

palestras e debates. Atividades paralelas são realizadas durante a semana, como uma biblioteca voltada para os temas constitucionais, filmes, seminários, exposições etc.

A comissão de divulgação está iniciando a edição de um boletim semanal, de noticiários de rádio e tevê, divulgação do programa do Circo no serviço telefônico e conquistou 5 minutos diários na Rádio Estadual do Paraná, que faz rede com mais de 50 emissoras do interior.

A plenária popular unificou as duas correntes que predominam no movimento popular do Paraná. Uma reunindo sindicatos, federações e entidades ligadas à CGT e a setores do PMDB; e outra formada por pastores, sindicatos, associações ligados ao PT e à CUT. O PC do B desempenhou papel relevante nesta unificação: "a unidade não significa que tenhamos que abrir mão das nossas opiniões e idéias, mas objetiva encontrar os pontos comuns, de convergência", ressaltou o presidente do partido, Jorge do Sousa.

FRENTE PROGRESSISTA

Também no Rio Grande do Sul foi dado um grande passo na construção de uma frente progressista. Foi formada uma coordenação composta pela

CGT, CUT, Federação das Associações de Moradores, Movimento Gaúcho pela Constituinte, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, e PC do B, PT, PSB e outros partidos, para debater e influir nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O ato que marcou a formação da coordenação contou com a presença de 500 pessoas. Foi aprovado um manifesto repudiando a interferência das Forças Armadas na vida política do país e exigindo avanços democráticos.

Segundo Jurandir Leite, da CUT-RS, "é necessária a união do movimento sindical, popular e dos setores progressistas para acabarmos com a exploração e miséria em que vive nosso povo". Glênio Costa, da CGT, destacou que "a vida tem demonstrado que só com a união os trabalhadores conseguem vitórias".

Também em Santa Maria, interior gaúcho, mais de 600 pessoas participaram, dia 31, do ato de lançamento da Plenária Popular Constituinte no município. A plenária vai reunir-se semanalmente para promover iniciativas de mobilização popular em torno da elaboração da nova carta. (Télia Negrão e sucursal do RS)

65 ANOS DO PC DO B

Comemoração em clima de luta

O dia 25 de março amanheceu em Aracajú (Sergipe) sob o signo da luta dos trabalhadores. Estavam em greve os bancários, os professores universitários e da rede municipal de ensino, motoristas e previdenciários. Foi dentro deste clima que o PC do B comemorou seus 65 anos de existência, em ato realizado no centro da cidade.

Às 17 horas o partido promoveu uma passeata, engrossada por vários grevistas e concluída com uma ampla manifestação política, na qual falaram representantes da CUT (o operário Edmilson, que destacou a "contribuição que o PC do B ao longo dos seus 65 anos tem dado à nação"), da CGT, de partidos políticos, como o PSB, PT e outros. Na Assembléia Legislativa, o deputado Marcelo Deda, do PT, propôs votos de congratulação ao PC do B, apoiados pela maioria absoluta dos parlamentares. A comemoração incluiu ainda um recital de poesias organizado na praça por militantes e amigos do PC do B.



Em João Pessoa o aniversário foi comemorado na Faculdade de Direito

PARAÍBA

No dia 24 de março um ato público em Campina Grande, interior da Paraíba, marcou o aniversário do PC do B. Participaram cerca de 200 pessoas. No dia seguinte, a festa foi em Campina Grande. Na Praça das Bandeiras, onde os comunistas fizeram discursos e distribuíram material de propaganda, promovendo dezenas de filiações. Em João Pessoa, centenas de populares reuniram-se no auditório da Faculdade de Direito, onde ocorreu a filiação ao PC do B do suplente de deputado estadual

Simão Almeida e de dezenas de outras lideranças populares.

CAXIAS DO SUL

Em Caxias do Sul (RS), os 65 anos do PC do B foram festejados na Casa da Cultura da cidade, que ficou lotada especialmente com jovens. Houve a apresentação de um grupo de rock.

Foi também no salão da Casa da Cultura que os comunistas de Jequié, na Bahia, comemoraram o aniversário do seu partido. Estiveram presentes várias lideranças ligadas ao movimento operário e intelectual da cidade.



A Comissão de Agricultores: levando o debate ao povo

DÍVIDA EXTERNA

As tramóias do 'CITI'

Bem no centro de Porto Alegre, em frente ao velho Teatro Dom Pedro e ao lado da Avenida Borges de Medeiros, a mais importante da capital gaúcha, situa-se a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Neste local, no próximo dia 10, os tradicionais e às vezes arrastados debates parlamentares serão substituídos por uma acirrada batalha em defesa da soberania nacional. Ao invés de algumas dezenas de deputados, estarão assentados no plenário 2 mil agricultores, líderes de partidos políticos e representantes de entidades como CGT, CUT, UNE, OAB, CNBB e CPB. Durante algumas horas a Assembléia será palco do seminário "Os Agricultores Gaúchos e a Dívida Externa", proposto pela Comissão de Agricultores da Cooperativa Agrícola de Santo Ângelo (Cotrisa) e promovido em conjunto por 4 associações de agricultores e de cooperativas agrícolas do Estado.

Um gesto esperado

Os empréstimos de curto prazo contratados por bancos brasileiros junto à comunidade financeira internacional, com vencimento no dia 3 de abril, foram renovados na semana passada. O fato foi apresentado com certo alívio à opinião pública pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, mas não deve ser interpretado como um sinal de boa intenção dos credores, como quis dar a entender o governo.

Com o gesto, os banqueiros evitaram um confronto direto com o governo, uma situação que, de fato, não lhes interessa. Nem por isto, contudo, renunciaram às chantagens e pressões que vinham exercendo para que o país siga à risca suas orientações.

Ao contrário, desta vez a renovação das linhas de crédito funcionou como mais um elemento de chantagem, já que o novo prazo de vencimento é de apenas 30 dias. Além disso, não foram garantidos os cerca de 15 bilhões de dólares de financiamentos que o governo pretende manter. Os créditos só serão renovados por ocasião do seu vencimento, o que ocorre praticamente todos os dias. O que Funaro anunciou, portanto, diz respeito apenas aos empréstimos com vencimento no dia 3 de abril.

As manobras dos banqueiros contra o Brasil são de toda ordem. Incluem boicote sistemático a financiamentos de importações por firmas brasileiras, ameaças de sequestro de bens e outras, com vistas a colocar a economia funcio-

banco estrangeiros - para reaver 28 milhões de dólares, desviados do país através de 6 modalidades diferentes de fraudes, praticadas durante anos, com a conivência da equipe econômica chefiada por Delfim Netto e até hoje não esclarecidas nem investigadas suficientemente pelo governo Sarney.

A longa história de irregularidade teve início, aparentemente, a partir de 1979. Por um lado, a política econômica do governo Figueiredo restringiu drasticamente a concessão de crédito no país. Por outro, incentivou a obtenção de recursos no exterior, através da Resolução 63, em que instituições financeiras que atuavam no Brasil arrecadavam somas em dinheiro no exterior e as repassavam a empresas brasileiras, ou através de "ACCs", contratos que adiantam a produtores nacionais o valor de mercadorias que serão exportadas no futuro.

Para servir-se desses recursos externos a Cotrisa, uma cooperativa que possui unidades em municípios do Rio Grande e do Mato Grosso do Sul e que reúne cerca de 11 mil agricultores, a maioria dos quais proprietários de menos de 50 hectares, associou-se ao Citibank.



Funaro: alívio sem motivo

nando de acordo com seus interesses.

O presidente até falou sobre as pressões insuportáveis dos credores. Mas a realidade é que nenhuma medida adotou no sentido de enfrentá-las corajosamente. Ao contrário, o que se nota são concessões, a cada dia maiores e mais descaradas.

Uma delas está contida em um telex enviado aos bancos estrangeiros, onde o governo destaca que a economia está entrando em um processo de desaquecimento devido à política econômica que adotou, o que, não por coincidência, faz lembrar um recente pronunciamento do presidente do Banco Mundial, Barber Conabre. Ele admite que o Brasil é até capaz de progredir (segundo os interesses imperialistas, evidentemente) sem precisar da ajuda do FMI, mas só se adotar um programa do tipo FMI, ou seja, de conteúdo recessivo.

A primeira exigência dos americanos foi que a cooperativa abrisse uma "conta centralizadora" em Nova York, através da qual passariam a ser feitas todas as operações de exportação, recebimento e pagamento da Cotrisa. Hoje, quando as partes se encontram em litígio, o Citibank nega-se a exibir aos agricultores os extratos dessa conta.

Mas as irregularidades não param por aí:

1. Atendendo propostas do Citi, a Cotrisa passou a empregar os saldos da conta em Nova York em manobras especulativas na Bolsa de Mercadorias de Chicago. Estas aventuras geraram para a cooperativa um prejuízo de US\$ 18 milhões, mas os depósitos em Nova York resultaram em lucros de US\$ 4 milhões para o banco.

2. Apesar do prejuízo, o Citibank continuou injetando empréstimos na conta da Cotrisa em Nova York, para prolongar a especulação em Chicago. Estes empréstimos eram "regularizados" simulando-se "operações 63", sem que um único dólar tenha entrado no país.

3. Apenas através de operações de "hedge" a Cotrisa transferiu ao Citi 8 milhões de dólares. Somando a esse total as despesas financeiras cobradas pelo banco, constata-se que, só nesse tipo de operação, as transferências chegaram a US\$ 17,2 milhões.

Envolvida em tantas manobras ilegais e desastradas, e dirigida pelo latifundiário Jandyr de Araújo, a Cotrisa quebrou. Através de ato do então ministro da Agricultura, Pedro Simon, sua diretoria foi destituída em outubro de 85, e no lugar assumiu uma Junta Interventora, composta por três representantes de órgãos do governo e dois dos agricultores.

Em 27 de fevereiro de 87, reunidos em Assembléia Geral, os associados decidiram formar uma comissão de nove agricultores para acompanhar os trabalhos da junta (assessorada por José Loguércio). Todos os integrantes da comissão são pequenos proprietários e elegeram para coordená-la o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caibité, Ilmo Adams. Em reunião posterior, a Junta Interventora negou-se a entregar à comissão o relatório detalhado que enviou ao Ministério da Fazenda, e as evidências levam a crer que o ministro Dílson Funaro evita dar divulgação às investigações, preferindo usá-las como trunfo nas negociações que mantém com os credores.

Percebendo que não poderia enfrentar uma batalha desse porte sem mobilizar o quadro associado da cooperativa e conquistar aliados entre forças progressistas, a Comissão de Agricultores deu início à organização do seminário do próximo dia 10. Pretende, com isso, levar todos os fatos ao conhecimento de quem quer, pode e precisa resolvê-los: o povo brasileiro. (Antônio Martins)

CRISE ECONÔMICA

A recessão está a caminho

O presidente Sarney assegurou, há poucos dias, que o país atravessa uma excelente fase de prosperidade. Embora se fale (e muito) em crise, essa estaria mais nas pessoas que nas coisas. E ele voltou a dizer que não admite a recessão econômica. Mas, e os fatos? Seriam, também eles, produtos da imaginação conspirativa dos que não rezam pela cartilha do atual governo?

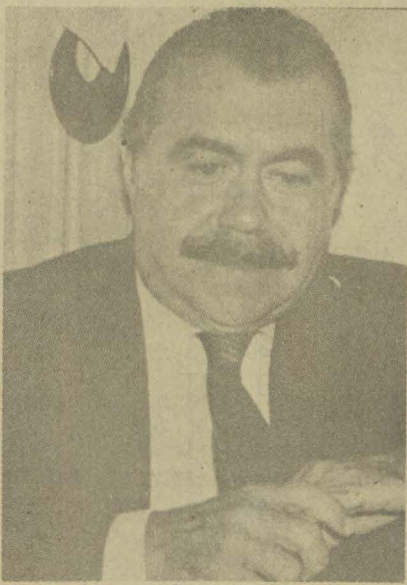
Os sinais de que a recessão está a caminho, a despeito do desejo do presidente, são por demais visíveis. Só não vê quem não quer. Há forças (de direita, especialmente) interessadas em pintar um quadro sombrio. Mas isto não constitui motivo para que se feche os olhos à realidade.

QUADRO DE CRISE

As vendas do comércio varejista, que já haviam experimentado uma queda acentuada no mês de janeiro em relação a dezembro do ano passado, continuaram em declínio, de 6,69%, no mês de fevereiro, devido ao desaquecimento da demanda. Em consequência, caem também as encomendas e a produção nos setores que delas dependem.

A atividade industrial em janeiro foi 3% menor do que em dezembro. O consumo de energia elétrica caiu 7,5% em fevereiro, sendo que no Sudeste também registrou queda, de 20%. Já o valor das consultas ao BNDES, que indica em boa medida as intenções de investimentos no país, foi em fevereiro 20% inferior ao mês de janeiro.

As operações de empréstimo



O presidente não quer enxergar

também sofreram redução de 9%, enquanto os títulos protestados em fevereiro apresentaram um crescimento nominal de 481,4% em relação ao mesmo mês do ano passado. Só em São Paulo, 77 empresas pediram concordata, um recorde nos últimos 27 anos, num acentuado contraste com os 52 requerimentos em todo o ano passado.

SALÁRIOS MENORES

Registrou-se ainda, e eis aí uma das principais causas da atual situação, um forte arrocho dos salários, que sofreram uma redução média de 13% entre novembro de janeiro. Hoje, a remuneração da força do trabalho no país é mais baixa do que no início do ano passado, antes do badalado Plano Cruzado. E quase empata com o nível de 1984, ano em que a economia apenas começava a sair da recessão.

Conforme informações do

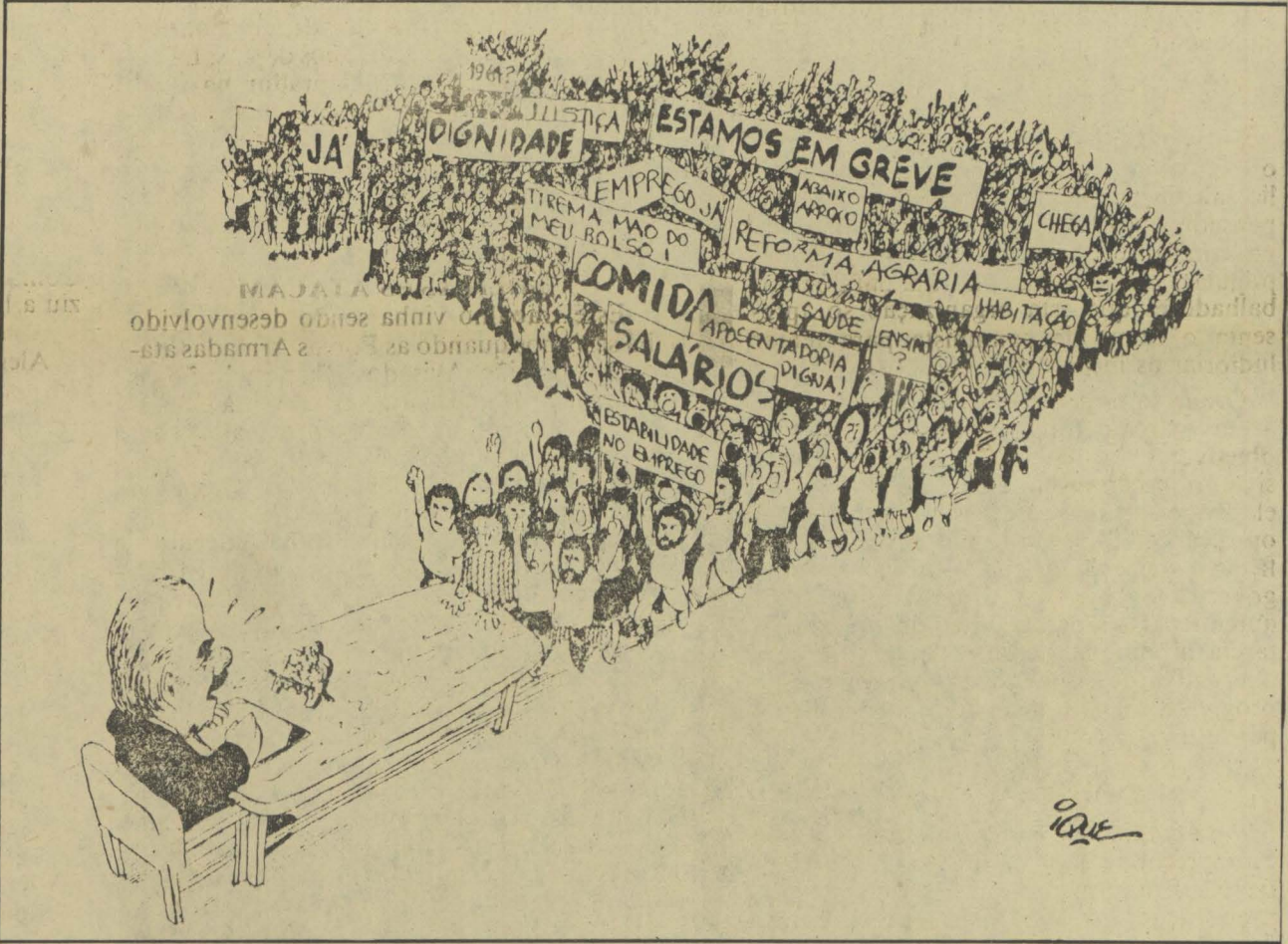
Dieese, cerca de 22 mil trabalhadores perderam o emprego na Grande São Paulo durante o mês de fevereiro e a perspectiva é de que o comportamento do mercado do trabalho será ainda mais desfavorável aos assalariados nos próximos meses.

Quase todos os ramos de produção estão em crise, que evidentemente penaliza principalmente as micros, pequenas e médias empresas. Caiu a produção de calçados, confecções, embalagens, automóveis, têxteis, construções, eletrodomésticos, móveis etc.. Os capitalistas, nesta conjuntura, não se arriscam a investir, preferem esperar e jogar com os recursos disponíveis no mercado financeiro.

PALIATIVOS

Não é possível deixar de constatar que a política econômica do governo Sarney contribuiu em grande medida para que a situação chegasse ao nível em que está. A redução da demanda foi perseguida pelas autoridades, que tomaram uma série de medidas para elevar a tributação, aumentando os impostos sobre os automóveis (com os "compulsórios" de julho e os aumentos do Cruzado 2) e outras mercadorias, aumentando a carga do Imposto de Renda e manipulando índices.

O governo também admitiu que o país caminha para a recessão, tanto que tomou algumas iniciativas para controlar o processo. Entre, elas, a ampliação do prazo - de quatro para seis meses - de financiamento para aquisição de bens de consumo. Mas são tímidos paliativos, insuficientes para conter a queda da produção.



GATILHO

Querem arrochar ainda mais

Os trabalhadores vivem hoje uma situação que pode ser classificada de desesperadora, sem o risco de incorrer em qualquer exagero. Mas nossos governantes parecem ter aderido à filosofia do quanto pior melhor. Com efeito, planejam medidas que poderão agravar ainda mais as condições de vida dos assalariados. É o que atestam, por exemplo, as iniciativas no sentido de liquidar com a escala móvel.

O senhor Moreira Franco, governador do Rio, foi pioneiro na traiçoeira investida contra os trabalhadores. Mal assumiu, enviou à Assembléia Legislativa, um projeto extinguinte do gatilho, aprovado apesar dos enérgicos protestos da oposição. Orestes Quércia, de São Paulo, não quer ficar atrás e prepara um projeto de igual teor.

Ambos justificam-se dizendo que a iniciativa é indispensável para equilibrar as finanças dos dois Estados. Mas o que impressiona mesmo é a cara de pau, a rapidez com que tais políticos mudam de posição, desfazendo-se das promessas solenes feitas em palanque depois de eleitos. Registre-se que Quércia e Moreira Franco apresentaram-se, como candidatos, na condição de intransigentes defensores dos interesses populares. O primeiro fez brilhantes discursos do gatilho.

GOVERNO FEDERAL

Pouca desgraça e bobagem. Pois não são apenas governantes estaduais que conspiram contra a escala móvel dos salários. Segundo declarações feitas por

Quercia, também "o governo federal estuda a extinção do gatilho e sua substituição por outra forma de reajuste". Notícia-se que tal medida constará obrigatoriamente do plano que vem sendo elaborado pela equipe econômica, mesmo porque é uma exigência dos banqueiros, os estrangeiros e os nacionais.

No atual quadro, os efeitos seriam desastrosos para os assalariados. Basta recordar que somente na quarta-feira passada foram reajustados os preços do pão, em 66,6% (o pão francês passa a custar Cz\$ 1), leite, em mais de 160% (sendo que os tipos B e A ficam liberados de qualquer controle), açúcar, farinha de trigo, cerveja e refrigerantes. Antes, já há via sido autorizado aumento de até 42% nos preços dos medicamentos.

Ao lado disso, anunciaram-se altas de 50% nos preços dos cigarros, 55% para produtos de limpeza, como sabão e pó. Finalmente, acabou a tabela da Sunat, que, por sinal, ultimamente, andava completamente desmoralizada e fora de uso.

ARROCHO MAIOR

É evidente que o fim do gatilho salarial provocará um arrocho extra, insuportável para os trabalhadores. Com isto concorda o próprio ministro Dílson Funaro, que há poucos dias defendeu o mecanismo.

Disse o titular da Fazenda: "Temos o gatilho, e temos os dissídios coletivos. E o gatilho é um avanço com relação ao sistema antigo. Antigamente, mesmo quando o trabalhador tinha reajuste trimestral, numa conjuntura de 200% de inflação, ele perdia 25% ao ano no seu poder aquisitivo. Hoje, com o gatilho, a maior perda que ele pode ter é de 10%. O gatilho não permite que ele ultrapasse este nível de perda real de salário".

Por isto, quando se ouve falar em fim do gatilho, a tradução é uma só: arrocho salarial. Ainda que se esconda este objetivo atrás de frases jocosas e ideais sublimes (combate à inflação, mais investimentos e muitos outros).

É preciso ficar atento, mesmo porque a posição de Funaro na atual conjuntura não coincide necessariamente com a opinião predominante no Palácio do Planalto, onde se conspira abertamente contra o reajuste móvel, inventam-se formas como o trimestral ou mesmo o gatilho a 40 ou 50% para substituir o atual mecanismo. Coisas que não interessam, em absoluto, aos assalariados.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O papel do PCB na conjuntura

O governo Sarney tende, cada vez mais, para a direita. Mas por outro lado, devido à sua fragilidade, procura manter um certo apoio popular. Sua última e desesperada tentativa de obter o respaldo de alguma corrente política tida como de “esquerda” é a cooptação do PCB como aliado de primeira linha. O PCB aceita com a maior satisfação a incumbência. E, por uma coincidência muito reveladora, tem sido contemplado por cargos em governos estaduais mesmo onde foi fragorosamente derrotado nas últimas eleições.

QUER CONFUNDIR

O PCB parte do pressuposto de que a transição democrática continua em curso, e mais, que o PMDB é um partido comprometido com as mudanças. Não vê, ou não quer ver, ou melhor ainda, pretende fazer com que o povo não veja, que o governo há muito encerrou a transição e passou a consolidar um regime ao gosto da burguesia, de fachada liberal mas autoritário na prática. E que o PMDB - apesar de resistências das forças progressistas no seu interior - passou a representar as correntes conservadoras das classes dominantes.

Segundo o líder do PCB na Constituinte, deputado Roberto Freire, “o governo está sendo fustigado pela reação nacional e internacional. É isso coloca em risco a transição para a democracia”.

Isto é verdade em parte. O governo está sendo fustigado pela reação. Mas em vez de garantir a liberdade e mobilizar o povo para enfrentar o cerco reacionário, reprime os trabalhadores e adota uma orientação econômica que arrocha os salários e sacrifica as massas. A forma de enfrentar a ofensiva da direita seria exatamente prosseguir com a transição democrática e promover as mudanças reclamadas pela nação. Mas a burguesia não pode e não quer tomar este caminho. Com isto o governo cada vez mais é obrigado a fazer novas concessões aos imperialistas e à reação, enveredando decididamente na linha de repressão ao povo.

OUTRO RUMO

Fica evidente portanto que nesta situação o PCB atua abertamente como linha auxiliar da burguesia. E, mesmo sendo recompensado por cargos generosos na máquina governamental, só pode esperar o repúdio popular. Esta prática confirma para os trabalhadores, que esta organização só apresenta o nome de comunista para tentar ludibriar os incautos.

O que se impõe na atual conjuntura é a articulação das forças progressistas, com o objetivo de combater energicamente a ofensiva do imperialismo e da reação interna a ele associada mas, ao mesmo tempo, fazer oposição ao governo burguês. Ao invés de fazer o jogo da burguesia atrelando-se ao governo Sarney, os trabalhadores e os autênticos democratas têm pela frente a tarefa de criar, nas batalhas de cada dia, uma alternativa de poder capaz de promover o progresso social e defender a soberania da pátria.

DOIS CAMINHOS

Para completar o seu raciocínio, Roberto Freire reconhece que “há limitações na transição”. E argumenta que o principal é “a preparação do Estado democrático de direito pela via constituinte”. Mas na Constituinte também os progressistas se defrontam com os conservadores - e o governo interfere abertamente para forçar as soluções conservadoras. Mais uma vez fica evidente que estão em jogo uma solução burguesa, que é reacionária, e uma solução popular, de mudanças. O PCB fica com a primeira - o que aliás já provou ao votar recentemente contra a soberania da Constituinte, em aliança com o PFL, PTB e PMDB.

(Rogério Lustosa)

15 ANOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Semente de liberdade

Há 15 anos, no dia 12 de abril de 1972, forças da repressão política atacaram moradores da Faveira, Gameleira e Caianos, no Sul do Pará.

Teve início, então, uma heróica resistência armada, conhecida como Guerrilha do Araguaia. De um lado, menos de 100 guerrilheiros, comandados pelo PC do B. De outro, 20 mil soldados. A luta durou dois anos.

Era o período da ditadura militar. O terror imperava no país. Democratas, sindicalistas, lideranças estudantis e populares, todos os que almejassem a liberdade eram perseguidos, presos, torturados, assassinados nos porões do regime dos generais. Os direitos e garantias políticas estavam esmagados. Não havia eleições. Os partidos políticos eram proibidos. A UNE, a UBES, a CGT e tantas outras entidades foram empurradas para a clandestinidade ou destruídas.

Em 1966, Osvaldo Orlando Costa (Osvaldão), militante do PC do B, foi viver na região do Araguaia. Depois, até 1968, outros militantes e dirigentes comunistas se instalaram na área, entre eles Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Elza Monerat, João Amazonas.

APRENDIZADO

Era uma área coberta de mata fechada, que tendia a se tornar povoada por camponeses pobres, expulsos pelo latifúndio de outros lugares. Pacientemente, com muita dedicação, homens e mulheres cidadãos aprenderam a viver na selva, trabalhar na lavoura, na derrubada, plantio, transporte de carga em lombo de burro, em canoa. Treinaram a caça e a sobrevivência na mata. Através do contato estrito com os camponeses, discutiam as condições de vida, a destituição do governo para com os brasileiros, tratavam de questões de natureza política. Como lembrou, vários anos depois, Lauro Rodrigues dos Santos, morador na área, “dona Maria (Elza Monerat) falava de hospital, escola, do governo que não dava assistência”. Um programa de 27 pontos, abordando a reforma agrária à necessidade de liberdades políticas, foi elaborado em conjunto com a população.

MILITARES ATACAM

Esse trabalho vinha sendo desenvolvido há seis anos quando as Forças Armadas atacaram a região. Avisados pela população, os guerrilheiros internaram-se na mata e resistiram à ação militar. Estavam armados com revólveres e rifles 44. Mais tarde, arrebataram algumas metralhadoras do inimigo. Exército, Marinha, Aeronáutica, polícias federal e militar, desenvolveram um movimento de tropas “semelhante ao da FEB”, segundo o general Viana Moog, para realizar três campanhas de cerco e aniquilamento contra o “povo da mata”, como eram chamados os guerrilheiros. Fuzis FAL, helicópteros e aviões foram utilizados. Especialistas militares norte-americanos e portugueses, com experiências em combates no Vietnã e na África, foram chamados. Mesmo assim, as forças da ditadura foram derrotadas em duas de suas três campanhas.

Os guerrilheiros tinham o apoio de 90% da população, segundo João Amazonas. Mais de 1 mil moradores foram presos e torturados pelas Forças Armadas, informou Ângelo Arroyo.

Os militares venceram a luta desigual. Poucos guerrilheiros morreram em combate: na maioria foram capturados, torturados e degolados. Seus cadáveres, mutilados, eram exibidos à população, para intimidá-la. Mas, quando familiares desses lutadores foram visitar a região, em 1981, camponeses os receberam gritando: “Esta é a terra da liberdade. Nós estamos colhendo a semente que eles plantaram”.



Uma experiência valiosa

Até hoje, a resistência guerrilheira do Araguaia tem suscitado muita polêmica. Há opiniões de aberta simpatia ao evento. Mas há também críticas. Algumas honestas. E outras de caráter eminentemente oportunista, movidas, antes de tudo, pelo objetivo de denegrir a imagem do Partido Comunista do Brasil, que conduziu a luta.

Alega-se muitas vezes que não foi justo resistir ao Exército, argumento que se sustenta sobretudo na derrota militar da guerrilha. “Já houve quem dissesse que a justeza de um fato político não se mede pelo seu êxito ou seu fracasso ocasionais, mas pela sua necessidade histórica”, observou o historiador e estudioso das rebeliões populares, Clóvis Moura, ao analisar o Araguaia.

OPORTUNIDADE HISTÓRICA

Para analisar o significado de um fato histórico, conforme diz, é preciso “ver a essência do momento político e as suas contradições fundamentais e, a partir daí, analisar, não apenas a sua oportunidade, mas a sua inevitabilidade”. O historiador recorda que a luta teve início “num momento em que todos os canais de respiração política da sociedade brasileira estavam trancados”.

E o movimento não colheu “apenas derrotas, houve também vitórias”, como acentuou o presidente nacional do PC do B,

João Amazonas. Contam-se, por exemplo, os fracassos das duas principais grandes campanhas militares da ditadura. Nota Clóvis Moura que é preciso ser registrado igualmente “a importância que o movimento guerrilheiro do Araguaia teve como detonador político da elevação do nível de consciência dos seus habitantes”.

Depois da dispersão da guerrilha - ressalta -, os camponeses do Araguaia compreenderam que não eram mais simples joguetes em um sistema de exploração iníquo e desumano. Continuam lutando organizados, tendo na consciência o exemplo daqueles precursores que plantaram as raízes de uma consciência crítica e revolucionária entre os explorados do Araguaia.

IMPORTÂNCIA

Para avaliar a dimensão do acontecimento, é também bom levar em conta a importância a ele atribuída pelo inimigo. Ao pequeno contingente militar guerrilheiro, “opõe-se todo o poderio da ditadura que se mobiliza numa operação equiparada por eles mesmos ao corpo expedicionário que combateu na IIª Guerra Mundial”, observa Clóvis Moura.

O regime teria subestimado a guerrilha? Na verdade, a força que deixa o sistema militar em pânico não se resumia aos guerrilheiros, mas residia na inegável importância política do movimento. “Sabedores das propostas concretas que os guerrilheiros apresentavam à discussão e refle-

xão daquelas populações oprimidas, os órgãos da ditadura se estruturaram numa verdadeira operação de guerra”, salienta o historiador.

OUTRAS FRENTES

Na análise que fez sobre a guerrilha, no seu 6º Congresso, realizado em 1983, o PC do B destaca o fato do Araguaia ter se desenvolvido como uma resistência isolada no território nacional, facilitando a concentração de esforço para aniquilá-lo, afirmando que esta foi sua principal fraqueza, que de modo algum era inevitável.

Não se poderia esperar que espontaneamente aparecessem outras frentes de luta. E nem o partido assim pensava. Por isso, providências foram tomadas em três frentes previamente escolhidas, sendo o Araguaia uma delas. E só nesta última o trabalho avançou substancialmente. Resultou que quando o Araguaia sofreu o ataque do Exército e partiu para a resistência, arcou sozinho com o desdobramento posterior da luta.

No estudo autocrítico do evento, o partido conclui que ele “teve importantes êxitos”, conseguindo apoio de massas suficiente para resistir por quase três anos. Seria impossível sobreviver e lutar durante todo este período sem um grande apoio popular. “Houve perfeita integração entre os combatentes e os demais moradores da região”.

Da mesma forma, a guerrilha despertou os camponeses para a ideia da luta organizada como meio de defender e conquistar seus direitos, situou a resistência popular no campo num território favorável, elaborou uma plataforma política de reivindicações concretas para a luta e evidenciou a coerência marxista-leninista do PC do B.

Os comunistas também refutaram as críticas errôneas, não raro feitas de má fé, como, por exemplo, a de que a guerrilha foi presidida pela ideia do foquismo. Tal concepção, idealista, foi desenvolvida por Che Guevara a partir de uma interpretação equivocada da revolução cubana. Resumidamente, consistia no pressuposto de que era possível fazer a revolução através de pequenos grupos ou focos audaciosos, alheios e clandestinos às grandes massas populares.

Segundo Guevara, o processo prescindiria do partido proletário, que surgiria da própria guerrilha. Querer reduzir o Araguaia, com seus seis anos de preparação prévia, “sob a direção do partido, de integração completa dos combatentes com os moradores locais, com seus três anos de duração da luta”, confundir toda esta rica experiência com o foquismo é desconhecer ou adulterar a realidade histórica.

DE OLHO NO LANCE

Triste lembrança

Sem saudades e sem comemorações, completaram-se na semana passada os 23 anos do golpe militar de 1º de abril de 1964. Sem saudades é exagero. Os generais continuam em postos de destaque, mas certamente sentem falta do tempo em que era absolutos - a um simples gesto qualquer cidadão que comentasse seus desmandos podia ser preso, torturado e morto. Figuras como Mário Andreazza, que caiu no esquecimento, e o próprio Delfim Netto, agora deputado, devem sonhar com os tempos da “corte” nos moldes da antiga Roma.

Mas também esta gente não tem do que se queixar. Os generais cada dia aparecem mais como tutores do governo. E recentemente inclusive promoveram uma operação de guerra ao estilo que tanto prezam. E nenhum corrupto foi punido. Nenhum torturador foi ao menos rebaixado. Os que enriqueceram às custas da traição à pátria e do massacre dos trabalhadores hoje usufruem tranqüilamente do que amealharam - e continuam ganhando muito.

As mudanças que o povo exigiu não foram promovidas. A Nova República não passou da superfície. Os trabalhadores relembram o golpe de 64 e reafirmam sua vontade de lutar pela liberdade e pelo progresso.





Assembléia em S.Paulo contou com 3 mil bancários, que, divididos, decidiram pelo fim da greve

GREVE DOS BANCÁRIOS

As bases descontentes

Após nove dias de greve, a maioria dos bancários do país decidiu retornar ao trabalho na quinta-feira, dia 2. Mesmo rejeitando a contraproposta da Fenaban (entidade patronal), as assembléias avaliaram que não existiam perspectivas de conquista de acordos mais vantajosos e que a paralisação nacional começava a refluir. No dia seguinte, os funcionários do Banco do Brasil de vários Estados tinham posto fim à greve.

Durante do dia 1º, quarta-feira, o clima entre os bancários já era o de esgotamento do movimento paredista. Em diversas capitais e municípios do interior o índice de paralisação sofreu sensível queda. Na capital paulista, por exemplo, ele baixou para 70% da categoria. Além disso, os funcionários do Banco do Brasil - setor que estava na vanguarda do movimento - haviam decidido retornar ao trabalho na noite anterior. Apenas em poucos Estados eles mantiveram a greve unificada.

Outro fator que baqueou o ânimo dos grevistas foi a expectativa do julgamento da greve no Tribunal Superior do Trabalho, na quarta-feira. Os banqueiros e a imprensa burguesa alardearam que após a decretação da ilegalidade do movimento começariam as demissões por justa causa e até

poderiam ocorrer intervenções nos sindicatos da categoria. No final, para surpresa de todos, o TST se considerou incompetente para julgar a paralisação nos bancos privados e no próprio Banco do Brasil.

A soma de todos esses fatores (refluxo da greve, divisão entre os trabalhadores dos bancos particulares e dos bancos estatais e as ameaças do patronato e do TST) levou a maioria das assembléias a optar pelo encerramento da greve. Ao mesmo tempo, a categoria rejeitou a contraproposta da Fenaban e do Banco do Brasil e decidiu manter o estado de mobilização.

PROPOSTA MEDÍOCRE

A proposta da entidade dos banqueiros foi considerada ridícula. A Fenaban ofereceu um reajuste de 20% em abril - o que equivale ao disparo do

gatilho salarial - e mais 10% em maio e 10% em junho em forma de antecipações - que deverão ser descontadas em setembro. Ela também se comprometeu a não punir nenhum grevista, mas fez questão de descontar no salário todos os dias parados. Por sua vez, a proposta do Banco do Brasil não é muito superior. Concedeu 30% de aumento, não compensável em setembro, e mais dois reajustes - em setembro e março próximos. Os dias parados também deverão ser descontados.

Até o último momento, as entidades sindicais da categoria, representadas pelo Comando Nacional de Greve, tentaram um acordo melhor. Mas sempre esbarraram no radicalismo dos banqueiros e do governo. No caso dos funcionários do Banco do Brasil, a direção do órgão ainda se mostrou mais flexível - mais foi contida pelas orientações antipopulares dos ministérios da área econômica do governo federal. Já no caso dos bancos particulares, a Fenaban atuou com arrogância. Ameaçou a categoria com dispensas caso a proposta fosse rejeitada.

Na capital paulista, o sindicato - que representa cerca de 150 mil trabalhadores -, CGT e CUT visitaram o governador Quéricia. Na audiência, elogiaram a conduta da Política Militar, ressaltando que não ocorreram incidentes durante a paralisação, e solicitaram sua interferência para que fossem reabertas as negociações com os bancos estatais (Banespa e Caixa Econômica). Quéricia se comprometeu com os sindicalistas e pouco depois as conversações foram retomadas - mas sem saldo positivo.

REVOLTA NA BASE

As propostas dos banqueiros e o desfecho da greve geraram grande insatisfação na base bancária. Em vários Estados as assembléias do dia 1º acabaram divididas - com uma parcela dos ativistas desejando manter a paralisação até a conquista dos 100% de aumento reivindicado. Na maioria delas também foram feitas críticas à forma como o movimento foi conduzido, que na prática deixou os bancários dos bancos privados na dependência do movimento dos funcionários do Banco do Brasil. A divisão no seio da categoria, com os bancários do BB fazendo assembléias em separado e negociando também em separado, foi apontada como uma das falhas da greve.

"Aqui não existe bancário do BB, do Banespa ou de qualquer outro banco estatal. Aqui existe a categoria bancária, que é uma só", comentou um ativista na assembléia da capital paulista. A diretoria do sindicato desta cidade, que é o principal centro financeiro do país, teve muito trabalho para convencer os 3 mil trabalhadores presentes a retornar ao trabalho. Tentou se eximir de qualquer responsabilidade no desfecho da paralisação, atacou os pelegos e culpou até os bancários das particulares; apresentou um quadro nefasto do movimento e fez terrorismo com a possibilidade de demissões por justa causa. Sentindo a indignação da base, Lucas Buzzato, ex-diretor do sindicato e deputado do PT, chegou a bradar: "vamos parar de molecagem". Só depois de inúmeras votações, numa assembléia de três horas, é que se aprovou o fim da greve.

ESTUDANTES

De volta às ruas

Os 1.500 estudantes universitários e secundaristas que ocuparam durante duas horas, no último dia 26, a movimentada Avenida Paulista, em São Paulo, tinham pelo menos duas importantes razões para se considerarem vitoriosos. Primeiro, porque reinauguraram, depois de vários anos, a realização de passeatas estudantis na cidade que concentra o maior contingente de estudantes em todo o país. Segundo porque deram início a uma mobilização que promete espalhar-se por vários Estados e envolver um contingente expressivo de colegas.

O objetivo imediato do movimento vem sendo preparado pela UNE e pela UBES há vários meses, é impedir a aplicação de um novo aumento de mensalidades ainda este semestre, o que tem sido reivindicado com insistência pelos proprietários de escolas. Em algumas, como nas da Universidade Católica de Goiás, este aumento suplementar pode atingir 94%.

Como se recorda, o MEC já autorizou, no início deste ano, um reajuste que variou entre 35% e 55,2%. Além disso, abriu a possibilidade da cobrança de índices ainda maiores, desde que aprovados por Comissões de Encargos Educacionais a serem criadas em todos os Estados pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação. Das Comissões de Encargos deveria participar obrigatoriamente, segundo a portaria que as criou, um representante estudantil.

AUMENTOS SEM LIMITES

Acatando "recomendações" dos donos de escolas, os Conselhos Estaduais boicotaram a formação das Comissões de Encargos. E desrespeitando as

próprias normas legais existentes passaram a autorizar reajustes bastantes superiores aos 55,2%. Em Minas, o índice chegou a 100%, e em São Paulo o Conselho foi ainda mais longe: em sua última reunião, instituiu o regime de "liberdade vigiada" para as mensalidades abolindo na prática qualquer limite aos aumentos.

Contra uma política tão francamente favorável aos interesses privados no ensino ergueu-se o protesto estudantil. E ele aprofundou-se em vista de não haver qualquer sinal de que o MEC pretende contrapor-se à onda altista. Em 1º de abril, segundo informou o tesoureiro da UNE, Vítor Palmeira, já haviam manifestações programadas no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Goiás, Ceará e Pará.

Entrevistado pela **Tribuna Operária**, Vítor fez questão de destacar os aspectos políticos da luta que a UNE dirige. Ressaltou que, diferente do que ocorria até o ano passado, nota-se uma grande insatisfação dos estudantes com a universidade, além de muita disposição para a luta. E explicou: "O estudantado não tem mais ilusões com as propostas da Nova República para o ensino. Percebeu que, como no regime militar, elas conduzem à privatização da universidade".

Preocupada em dar conteúdo político a esta insatisfação, a UNE prepara para breve o lançamento de um manifesto, assinado por lideranças estudantis filiadas a diferentes partidos políticos, que exige da Constituinte a defesa e ampliação do ensino público e gratuito, a democratização do Estado e o fim do militarismo e a suspensão efetiva do pagamento da dívida externa.



Delegacia de Castanhal, destruída pela população revoltada

CASTANHAL-PA

Sede de justiça

Foram oito horas de verdadeira rebelião. No dia 29, 3 mil moradores de Castanhal, no Pará, estouraram em revolta contra as arbitrariedades policiais perpetradas contra a população. A gota d'água que transbordou a paciência do povo foi o assassinato, dois dias antes, do menor Carlos Alberto Costa Rodrigues, na Delegacia de Polícia. Carlos, acusado de ter roubado um pincel de um comerciante, foi torturado e espancado pelos PMs Diogo, Levy e Cruz e pelo investigador Valdez, até a morte.

O delegado da cidade, Ronaldo Silva, defendeu os assassinos, e acusou outros prisioneiros pelo assassinato do menor, de 16 anos. A população percebeu que mais uma vez as barbaridades praticadas pela polícia ficariam impunes. E resolveu fazer justiça. A Delegacia de Polícia foi destruída e incendiada; quatro cabines da PM foram queimadas; postos policiais foram depredados. O

Fórum e as casas dos policiais envolvidos no assassinato do garoto foram invadidos e seus pertences queimados em praça pública. Embora desaprovando o que chamou de "excessos da multidão", até mesmo o prefeito de Castanhal, Paulo Rodrigues Titan, deu seu aval à revolta popular e pediu ao governo do Estado a substituição dos policiais da cidade, pois as denúncias das arbitrariedades "são verdadeiras".

Mas a população não pôe muita fé na troca dos gendarmes. No dia da revolta, 80 policiais de Belém foram chamados para restabelecer a "ordem" no município. E o que se viu foram novas arbitrariedades: os policiais atacaram a multidão com bombas de gás e atiraram contra os populares - duas pessoas ficaram feridas à bala. Os PMs ainda agrediram quem passasse pelas ruas e incendiaram bicicletas estacionadas nas calçadas, em revanche contra o incêndio das delegacias...

Homenagem a José Duarte

Convidamos a todos os amigos e companheiros de José Duarte a participar do ato em sua homenagem que será realizado no dia 8 de abril, às 20 horas, no Auditório Teotônio Vilela, na Assembléia Legislativa, por ocasião da passagem do seu 80º aniversário de nascimento.

A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil
A Direção Regional do PCdoB de São Paulo

Greve dos professores

A greve dos professores universitários, iniciada no último dia 25, continua esbarrando na insensibilidade do governo federal. Na primeira rodada de negociações, realizada na quarta-feira, dia 1º, não houve qualquer acordo entre o Ministério da Educação e os docentes. Segundo o presidente da Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), Newton Lima Neto, o MEC se recusa a atender as reivindicações da categoria e a paralisação deverá prosseguir pelo menos por mais uma semana. Os grevistas querem aumento de cerca de 100%, isonomia salarial, adoção de um plano de carreira único e aposentadoria integral. Eles também exigem mais verbas para as universidades federais.

De acordo com o balanço da entidade, das 47 instituições de ensino superior existentes no país, apenas uma, a Universidade de Santa Maria (RS), não aderiu à paralisação nacional. A Andes também informa que os professores avaliarão nas próximas assembléias a proposta feita pelo Conselho de Reitores (CRUB) - que prevê a formação de uma comissão paritária para estudar as reivindicações da categoria e as condições para melhoria do ensino superior. Esta seria composta pelo próprio CRUB, MEC, Andes e Fasuba e teria o prazo de um mês para elaborar sua proposta.

Acordo dos marítimos

Em assembléia realizada no último dia 27, a maioria dos marítimos, em greve há um mês, decidiu assinar acordo com o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Sindarma). A única empresa que permanece parada é a Lloyd Brasileiro, que aguarda permissão do Ministério dos Transportes para conceder reajustes aos funcionários.

Pelo acordo firmado, os trabalhadores terão 120% de aumento na soldada-base e 100% na remuneração final. Também ficou acertado o pagamento de todos os dias parados e a não punição dos grevistas - o que representa a readmissão dos tripulantes que haviam sido demitidos.

No caso da Lloyd, a intransigência do governo é visível. Segundo o comandante do navio Lloyd Itanagé, Emmanuel Ramalho, só o faturamento dos dois mais modernos navios da empresa estatal, em apenas uma viagem de 35 dias, chegou a um total de Cz\$ 100 milhões. Isto seria o suficiente para pagar durante dez meses a folha de pagamento dos funcionários dos 35 navios da companhia em tráfego.

Luta dos metalúrgicos

Os metalúrgicos do ABC e do interior paulista realizarão nos próximos dias assembléias para discutir os rumos de sua campanha salarial - que envolve cerca de 400 mil operários. Nelas também será avaliada a contraproposta da Fiesp (entidade patronal), apresentada no último dia 31. Pela reação dos dirigentes de diversos sindicatos, a contraproposta deverá ser rejeitada. "São propostas extremamente ruins e bastante abaixo do que reivindicamos", afirma Heiguierto Navarro, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Os sindicatos, que negociam divididos com a Fiesp, reivindicam aumentos acima da inflação, piso salarial de Cz\$ 7.400, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais etc.

Tensão em Xinguara

A situação dos posseiros da Gleba 10, em Xinguara, no Sul do Pará, está cada dia mais tensa. Na semana passada, a polícia local deteve o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara, Arge-miro Campos da Silva, e tentou forçá-lo a acompanhar os soldados até a área de posse para expulsar os posseiros. As famílias residem no local há cerca de dez anos e são constantemente ameaçadas pelos fazendeiros, que contam com a ajuda da Polícia Militar.

Os posseiros ainda tentaram realizar um acordo com o Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) da área, mas este não deu certo. Agora os trabalhadores temem pela vida do sindicalista preso. "Havendo conflito entre os posseiros e a polícia, na ocasião do despejo, a primeira vítima fatal pode ser o Arge-miro", alerta Neuton Miranda, presidente regional do Partido Comunista do Brasil. Ele lembra que já em 1984, na mesma Gleba 10, foi assassinado o posseiro conhecido como Alesbon e que até hoje nada foi apurado. O PC do B tem denunciado o conflito na região à procura de solidariedade aos posseiros. (da sucursal)



Na quarta-feira, dia 1º, os bancos voltaram a funcionar

As falhas do movimento

Durante a greve dos bancários, vários membros do Comando Nacional fizeram duras críticas à forma como o movimento foi dirigido na capital paulista. Segundo denunciaram, a diretoria do sindicato, que é ligada à CUT, foi a responsável pelo baixo índice de adesão da categoria no início da paralisação, o que enfraqueceu a greve a nível nacional.

Ederaldo de Oliveira, que é diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, concorda, em parte, com essas críticas. Ele acha que elas foram feitas num momento inoportuno e de maneira sectária por alguns dirigentes sindicais. Mas entende que elas têm um fundo de verdade e devem ser debatidas para que as debilidades sejam superadas no futuro.

Para ele, a maioria da direção sindical realmente vacilou na defesa da greve unificada. "Tanto que na assembléia decisiva ela propôs o adiamento da paralisação, mas foi derrotada pelos bancários. Apesar das manobras, das várias votações, a categoria preferiu somar forças com o restante da classe no país", afirma. Ele acredita que esse próprio

recuo comprova que o sindicato não havia preparado a contento a greve. "Quem garantiu a paralisação e seu crescimento foi a própria base", garante.

Outra falha apontada pelo líder sindical foi a maneira passiva como o movimento foi conduzido. Segundo informa, a diretoria foi contra a formação das comissões de esclarecimento, dos piquetes, e jogou na dispersão dos grevistas. "Ela atuou de forma defensiva, não utilizou todo o potencial de luta demonstrado pela categoria. Por isso, a greve começou fraca e acabou se esvaziando posteriormente", comenta.

Por último, Ederaldo aponta uma debilidade que, no seu entender, se reflete também a nível nacional. "Essa divisão da categoria, entre os que trabalham nos bancos particulares e nos bancos estatais, acaba enfraquecendo nossa força de pressão. É verdade que a divisão é real, ela existe. O que é incorreto é que os dirigentes sindicais acabam incentivando-a. Em São Paulo, as assembléias são separadas e cada setor decide o que quer. Não se preserva a unidade da categoria".

CONSTITUINTE

O recado das mulheres

A combatividade das mulheres vindas de todos os Estados do Brasil transformou a comportada entrega da carta de reivindicações, no último dia 26 programada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, numa vibrante manifestação que entrou para os anais constituintes.

Repercutiu entre os constituintes o fato de terem sido as mulheres o primeiro segmento da sociedade a marcar sua presença organizada no Congresso para exigir suas reivindicações.

Insatisfeitas com a tímida solenidade de entrega prevista para o salão nobre, recinto escondido e pequeno, cresceu a exigência de que as mulheres deveriam ser recebidas no plenário constituinte à medida que as delegações dos Estados iam chegando. Afinal, era preciso fazer valer o esforço de vir de tão longe, como a Presidente da União de Mulheres de Manaus e a Presidente da União de Mulheres de Belém (Pará) com uma delegação de 20 mulheres. Do Ceará, uma representação de 15 mulheres do Centro Popular da Mulher e do Conselho da Condição Feminina. Estados mais próximos como São Paulo e Paraná levaram as maiores delegações, num total de 170 mulheres representantes de partidos políticos, dos Conselhos, de sindicatos e de movimentos

autônomos de mulheres.

Enquanto as mulheres discutiam o que fazer, no plenário, para surpresa geral, o PC do B cedia seu tempo de liderança para a deputada Lídice da Mata saudar as mulheres: "Este ato político de entrega da Carta das Mulheres à Constituinte, resultante do Encontro Nacional de Mulheres realizado aqui, no ano passado, traduz as reivindicações principais das milhares de mulheres brasileiras que lutam pela igualdade de direitos, pela saúde, pela moradia e pela sobrevivência de seus filhos. Esta manifestação organizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher merece a



Lídice fala na Constituinte



Delegações de todo o Brasil entregam documento a Ulysses

nossa saudação solidária e combativa, nesta que é a nossa luta para romper os grilhões de 2.000 anos de discriminação e exploração. Nós mulheres comunistas acreditamos que a sociedade que nos abre as portas da participação igualitária é a socialista. Porém achamos que a complexidade da nossa luta exige uma articulação ampla para construir uma unidade sólida dentro e fora da Constituinte", finalizou Lídice da Mata.

VENCENDO AS RESISTÊNCIAS

Vencendo a resistência da coordenação do Conselho, as mulheres decidiram ir em passeata para o salão verde, mais próximo ao plenário constituinte exigir que fossem recebidas condignamente. As resistências foram sendo quebradas sob o medo de que as mulheres invadissem o plenário. Abrindo-se um precedente no rígido funcionamento da Constituinte, foi instalada uma sessão especial, com uma mesa formada pelas mulheres constituintes, que tiveram um minuto e meio para fazer sua saudação, muitas delas ocupando a tribuna pela primeira vez. As deputadas estaduais presentes como Jandira Feghali do PC do B, Lúcia Arruda do PT, Erondi Pugliese e Maria Elvira do PMDB foram convidadas a entrar no plenário. Enquanto isso, as galerias eram liberadas e ocupadas pelas centenas de mulheres de todos os cantos do Brasil, felizes e eufóricas, por terem atingido seu objetivo de serem recebidas no plenário Constituinte, aplaudindo e gritando suas reivindicações por direitos iguais, ao longo dos pronunciamentos das deputadas. O ato foi encerrado com toda a galeria cantando o hino nacional para selar o compromisso dos constituintes com suas reivindicações.

(Ana Maria Rocha)



Foto Zé Américo

Remontada em São Paulo, pelo grupo Nucleo Estep, a saga caipira traz para os palcos suas lendas

O caipira vai ao teatro

O caipira é quase sempre tomado pela perspectiva folclórica, nas raras vezes em que é abordado pela chamada *intelligentsia*, que lhe nutre um preconceito cultural fortíssimo. Exemplo flagrante disso ocorreu na recente campanha eleitoral, quando o candidato da Aliança Democrática Popular ao governo de São Paulo, Orestes Quércia, recebeu ataques e ironias em função de sua origem interiorana.

Independente desses preconceitos - que são propagados por uma elite urbana - no cinema, através de Mazaropi, que foi durante anos a maior bilheteria do cinema nacional, ou na música sertaneja, cujo sucesso de público e vendagem lhe abriu até espaços nas grandes redes de televisão, existe essa cultura de raiz que sobrevive e se expande, veiculando a sensibilidade e o cotidiano de uma parcela razoável da população brasileira.

SEM PRECONCEITOS

Um resgate criativo e panorâmico desse universo está em cartaz na Sala Jardel Filho do Centro Cultural São Paulo, de segunda a quarta às 21:30 hs., no espetáculo teatral "Na carreira do divino", peça premiadíssima na temporada de 1979, quando foi levada pelo grupo Pessoal do Victor. Agora, volta em montagem do Núcleo Estep, dirigida pelo próprio autor, Carlos Alberto Sofredini, roteirista de "A marvada carne" e um dos principais nomes da nova dramaturgia nacional.

Fruto de uma exaustiva pesquisa que teve como ponto de partida o livro-ensaio do prof. Antônio Cândido, "Os parceiros do rio Bonito", onde colocava a realidade drástica da vida dos



caipiras, Sofredini foi buscar ainda elementos de sua linguagem característica em Waldomiro Silveira, seus costumes e lendas em Amadeu Amaral e seu cânone na infelizmente esquecida literatura de Cornélio Pires, compondo "Na carreira do divino" como um painel épico de particularidade que transcende o regionalismo em função de uma abordagem que não se limita ao elemento folclórico buscando o antropológico e trabalhando também o lado humano dos personagens, que é universal.

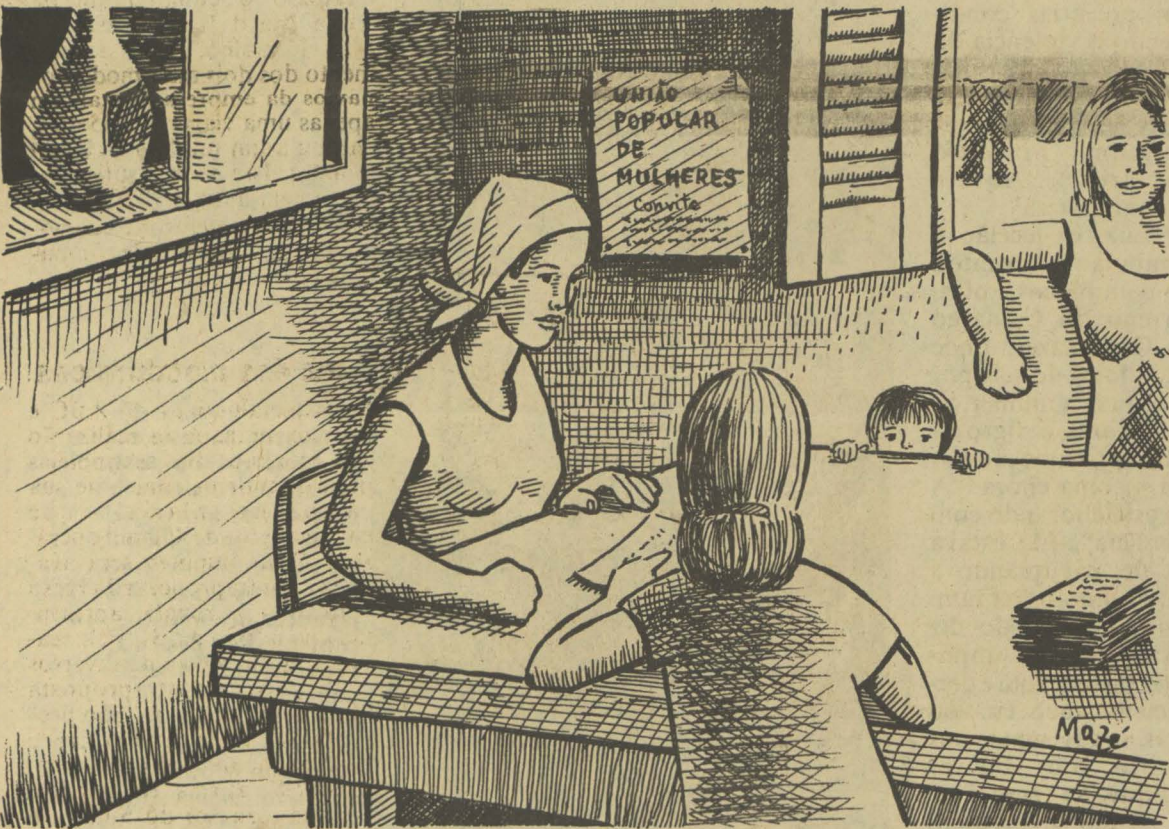
SIMPLICIDADE

O Núcleo Estep (Núcleo de Estética Popular Teatral) tem como proposta experimentar a linguagem teatral a partir das manifestações dramáticas populares brasileiras, buscando-as no teatro popular de rua, no teatro de bonecos do Nordeste (o mamulaengo), no folclore e no teatro-circo, o que difere muito esta nova montagem da anterior, investindo menos na estética do chamado "teatrão" e optando mais por investir na simplicidade, elemento mais coerente com o texto.

O excelente domínio do grupo sobre as técnicas básicas de

interpretação (vocal, corporal, musical) valoriza o espetáculo, que as utiliza para explorar com talento as mais belas páginas do cancionário sertanejo e nas expressões deliciosamente esteotipadas que contribuem para criar um clima mágico, contrastando com a realidade cruel da chegada do capitalismo ao campo e a consequente subjugação do camponês diante da tomada de suas terras, a sedução de sua família pelos bens de consumo, a sua própria aculturação e a percepção de sua impotência diante da lei do mais forte.

(Valdir Baptista)



UNIÃO POPULAR DE MULHERES

Em luta pela emancipação

Cerca de 300 mulheres, líderes e representantes de núcleos de mais de 10 bairros da região sul, além de várias autoridades locais, participaram da posse, no último dia 29 de março, da 1ª diretoria da recém criada União Popular de Mulheres de Campo Limpo e adjacências. Reunidas no Colégio Kennedy, no bairro do Campo Limpo, em São Paulo, foi com grande entusiasmo que se comemorou mais este importante passo no sentido de fortalecer a organização das mulheres na luta por sua completa emancipação.

"A União Popular de Mulheres surge agora, mas já

possue uma tradição de lutas e de grande identificação com as reivindicações mais sentidas das mulheres dos bairros que congrega", salientou a nova presidente da entidade, Neide Abati, explicando que o movimento que já existia assume a forma organizada nos moldes hoje concretizados. Na ocasião, pronunciaram-se os membros da diretoria, o ex-deputado federal operário, Aurélio Peres, a diretora da Revista Presença da Mulher, Ana Maria Rocha, e também apresentou-se um mestre de capoeira que dirigiu uma demonstração de capoeiristas

da região. Todos, salientaram a crescente participação e conscientização das mulheres, além da importância da criação da União para o avanço da luta contra a discriminação e opressão, como atesta o seu manifesto de criação:

"A luta do povo é árdua / Por liberdade e progresso / Mas sem a força das mulheres / Essa luta não tem sucesso".

Após a leitura do manifesto, houve uma confraternização geral, com um bolo de três metros de comprimento, confeccionado com a contribuição das inúmeras socias que já integram a entidade criada.



O retrato da camponesa

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011)
Telex: 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar - CEP 69900.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº

1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500.

Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: R. Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.

Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: R. do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARANÁ - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: R. Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961 - CEP 80000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUI - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222-2044 - CEP 64.000.

PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. João Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiaí, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e nos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746A - CEP 96200. Itui: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s - 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 226-9935 - CEP 20000. Niterói: R. Amador Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100.

Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500.

Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560.

Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anna Maria Lúcia, com composição, paste-up e fotolito Liane Fotolitos Ltda. Fone: 35.9738 - Impressão Cia Jorques, Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.



A Guarda Metropolitana do Jânio aponta suas armas para a multidão; os sem terra resistem como podem, jogando pedras; na fuzilaria cai morto Adão da Silva (foto menor)

O MASSACRE DOS SEM-TERRA

Os sem-terra da Zona Leste de São Paulo já têm um mártir, o pedreiro Adão Manoel da Silva, abatido a tiros pela Guarda Metropolitana na manhã do dia 31 de março. Agindo fora da lei, os “guardas do Jânio” tentaram despejar os ocupantes de terras do Jardim Nazaré com uma verdadeira fuzilaria, deixando dez feridos e um morto. Este massacre não intimidou os ocupantes, que, ao contrário, estão mais unidos do que nunca na luta pela terra.

Os policiais do Jânio chegaram por volta do meio dia para desalojar os ocupantes, atacando todos, não respeitando nem mulheres e crianças. Armando Silva, presidente da União dos Moradores da Vila 1º de Outubro, com o tórax e abdomen enfaixados, devido aos golpes sofridos no conflito com a Guarda Metropolitana, conta: “Eles chegaram de revólver e cassete na mão derubando as casas. Ai eu me revoltei. Gritei para o pessoal vir, mas os guardas apontaram as armas para mim. Me atacaram por trás, cai e cinco deles vieram em cima, me chutando e espancando. Ai escutei o tiro”.

Eunice Justiniana da Silva, mãe de seis filhos, estava em frente ao seu barraco de madeira e viu os policiais derubando as construções em frente, jogando gasolina e incendiando. “Eles vieram prá cá dizendo que iam derrubar e botar fogo no meu barraco. A minha pressão subiu e eu desmaiei, recorda ela. Isaías Rocha é aposentado e já estava terminando a construção do barraco de seu filho, só faltava cobrir. “Eles chegaram com pedaço de pau e derrubaram tudo”, diz desolado, cofiando sua barba branca.

Mas o esquema de segurança dos moradores logo funcionou. “Eu ouvi o rojão e corremos com 50 homens prá cá”, conta Jason Herculano de Farias, medidor de lotes e que estava em um terreno próximo ao Jardim Nazaré. Os moradores resistiam, jogando na polícia o

que tinha às mãos. Com a reação popular, os guardas recuaram, disparando tiros para todo lado. Adão Manoel da Silva estava na frente de um grupo de pessoas pedindo calma, quando foi atingido. “Eu estava ao lado do Adão quando ele recebeu um tiro na cabeça e outro na perna”, diz Jason.

Adão, 29 anos, baiano de Caculé, era casado, pai de quatro filhos e com sua esposa esperando o quinto. Foi um dos primeiros a ocupar um lote vazio em Guaianazes porque seu aluguel pulou de Cz\$ 275 para Cz\$ 2 mil. Muito solidário, a qualquer hora saía para ajudar um companheiro em dificuldades. No dia 31, quando ouviu o rojão - sinal de que a polícia havia chegado - imediatamente deixou seu barrquinho de madeira, ainda de short e chinelo. Seu pai, Otaviano da Silva, sapateiro e paraplégico, com lágrimas nos olhos, diz que não gostava do prefeito de São Paulo. Sempre dizia para o filho - irmão de Adão - não votar em Jânio, “porque ele não vai prestar”.

Todos os moradores dos lotes ocupados manifestavam um ódio profundo contra o prefeito Jânio Quadros, mesmo aqueles que votaram nele. Durante o enterro de Adão, uma das palavras de ordem mais ouvidas era: “Jânio assassino”. Elgito Boaventura, líder dos ocupantes de Guaianazes, explica que “com essa morte aumenta a nossa organização. O povo não vai continuar morrendo de graça pra ter sua casinha”.

A falta de uma política habitacional para os setores populares em São Paulo agrava o crônico déficit de moradias. No Estado, calcula-se que faltam cerca de 2 milhões de residências e, apenas na Cohab, há uma fila de 300 mil inscritos para aquisição de casa própria. Os aumentos abusivos dos aluguéis são uma consequência disso e na Zona Leste de São Paulo, uma das mais pobres, a saída de emergência foi a ocupação dos lotes baldios, iniciada dia 28 de fevereiro.

Está havendo um trabalho no sentido de se agir em conjunto para facilitar o acesso à moradia. Para Elgito Boaventura, “qualquer negociação isolada, seja com a Igreja ou PT, vai aumentar as dificuldades. Enquanto militante do PC do B, acho que essa luta não pode ter cor”. Já está prevista a ida de uma comissão conjunta à Brasília em abril para exigir dos constituintes a aprovação de medidas que deem o direito à população ter um teto digno para morar.

“A gente quer negociar, ninguém quer roubar nada de ninguém”, afirma uma ocupante de Guaianazes e que representa a opinião da ampla maioria dos que ali estão. As lideranças cobram do governador Quêrcia uma solução para a falta de moradia. “A nossa posição - diz Elgito Boaventura - é que o governo compre e venda para os ocupantes o terreno de acordo com as condições de vida de cada um”.

Anna Maria Martins, tesoureira da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), acha que “as

autoridades não devem tratar o problema da moradia como um caso de polícia”. As associações de moradores preconizam, segundo Ana, que “a nova Constituição fixe uma porcentagem do orçamento que seja destinada à habitação”. Para Manoel de Almeida, diretor do Sindicato dos Têxteis de São Paulo e tio de Adão da Silva, “é uma barbaridade alguém morrer para ter direito à moradia”.

Enquanto estas medidas não são efetivadas, aumenta o número de pessoas que buscam um lote de terra vazio. Na Zona Leste de São Paulo calcula-se que cerca de 25 mil famílias - 100 mil pessoas - estão alojadas em 42 áreas ocupadas. Mesmo vivendo em precárias condições e sofrendo a violência da polícia que procura desalojá-los, os sem-terra agüentam firmes, pois não têm para onde ir. Um deles, Antônio Francisco Amaro, esclarece: “Aqui é lugar pra quem precisa”.

Egivaldo Luz, ex-tecelão e vendedor ambulante, levantou um barraco com blocos e plástico no terreno do Camargo Velho, em Guaianazes, onde existem 5.200 lotes de seis por 20 metros. Trouxe a mulher, as duas filhas menores, o sogro e a sogra. Com a aproximação dos repórteres, a menina chora. “A minha filha está chorando com medo da polícia”. Ela estava nos braços do pai quando a PM agrediu os moradores num terreno vizinho. Egivaldo diz que não sai dali: “Companheiro, se eles vierem aqui e derubar o meu barraco eu vou morrer, mas antes mato uns três ou quatro. Não vou ver meus dois filhos no tempo”.

(Domingos Abreu)

Esclarecendo mentiras

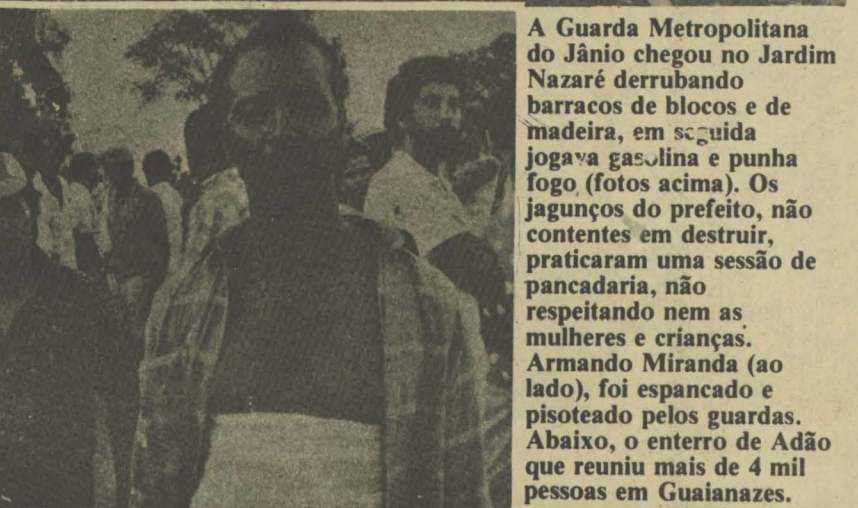
Alguns jornais da grande imprensa têm feito afirmações mentirosas sobre o Partido Comunista do Brasil nas ocupações de lotes na Zona Leste. Estes órgãos de informação afirmam que o PC do B estaria instigando os sem-terra porque o governador Quêrcia não indicou nenhum nome do partido para cargos no governo. Aldo Rebelo, da direção regional do PC do B, esclareceu o assunto para a **Tribuna Operária**.

“Em editorial, o ‘Jornal da Tarde’ afirmou que o ‘o PC do B só recuaria na promoção de invasões se pudesse indicar nomes para postos estratégicos no segundo escalão’. Também dizia que ‘a grande iritação da cúpula do PC do B é que seu principal concorrente, o PCB, acabou ganhando uma secretaria de Estado’. Gostariamos de mais uma vez esclarecer que as ocupações de terrenos ociosos da Zona Leste começaram algumas semanas antes da posse de Quêrcia. E é bom deixar claro que o PC do B, em nível nacional, (conforme documento da direção nacional que esclarecia que o partido não aceitaria compor no 1º e 2º escalões dos governos estaduais), não fez alianças políticas em troca de cargos ou posições no governo.

Quando decidimos apoiar o candidato Orestes Quêrcia foi porque entendemos que ele representava melhor o avanço da luta democrática em São Paulo. E também porque sua plataforma de campanha atendia aos anseios do povo, principalmente do povo pobre do Estado de São Paulo”.

“Não negociamos com ele, ou com qualquer outro candidato a governador, nenhum cargo ou benefício em troca de nosso apoio na campanha e no governo. Exigimos, isso sim, que os candidatos e principalmente o sr. Orestes Quêrcia, cumprissem suas promessas de campanha, de atender os reclamos do povo trabalhador de São Paulo”.

“O jornal ‘Folha de S. Paulo’, de uma forma mais desavergonhada e dissimulada, tenta substituir a causa das invasões - que é a situação de falta de moradia - por uma pretensa conspiração liderada pelo PC do B contra o governo Quêrcia. Reafirmamos mais uma vez que nosso compromisso maior é com nosso programa partidário, com o povo de São Paulo, notadamente a classe operária e os trabalhadores do campo e das cidades. Daí a nossa posição de total apoio aos ocupantes de terra da Zona Leste”.



A Guarda Metropolitana do Jânio chegou no Jardim Nazaré derrubando barracos de blocos e de madeira, em seguida jogava gasolina e punha fogo (fotos acima). Os jagunços do prefeito, não contentes em destruir, praticaram uma sessão de pancadaria, não respeitando nem as mulheres e crianças. Armando Miranda (ao lado), foi espancado e pisoteado pelos guardas. Abaixo, o enterro de Adão que reuniu mais de 4 mil pessoas em Guaianazes.



Repúdio à guarda fascista

Com o assassinato de um sem-terra em Guaianazes, veio à tona a questão da ilegalidade no funcionamento da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. Esta guarda fascista foi criada por Jânio Quadros em meados do ano passado, com objetivo de vigiar os parques públicos. A lei é bem clara ao dizer que ela não pode fazer policiamento ostensivo de rua. Mas, com a complacência do governo Montoro os “guardas do Jânio” passaram a andar armados e em seguida começaram a chegar nos distritos policiais queixas contra eles, desde lesão corporal até furtos de gasolina.

O vereador Edson Simões, do PMDB, a taxou de “inimigo número 1” do povo. Simões explica porque: “Ela dá lições de incompetência jogando água em pessoas que espam protestar no Ibirapuera, espancando travestis, espancando

trabalhadores em um bar de Guarulhos, furtando gasolina dos carros da Secretaria de Higiene e Saúde e, agora, com o assassinato do operário. Ela presta um serviço negativo à população. Seus homens não estão preparados para usar revólveres e com eles nas mãos se transformam em um perigo”.

O PC do B lançou uma nota de repúdio à violência praticada contra os sem terra da Zona Leste de São Paulo, protestando “contra a ilegalidade da ação policial dos capangas de Jânio Quadros e o descaso das autoridades para com o terrível problema social da periferia”. Luíza Erundina, líder do PT na Assembleia Legislativa, acusou o governo do Estado de omissão diante da Guarda Metropolitana que está “agredindo com tiros trabalhadores indefesos, desarmados, que lutam pelo direito sagrado à moradia”.